

A RBF e o campo da cultura no cenário político da ditadura nas décadas de 1960 e 1970

O capítulo anterior permitiu ver como a **RBF** funcionou como espaço de elaboração de identidades, onde teve especial importância a interpretação acerca da realidade cultural do Brasil a partir de uma perspectiva particular, que entendia as manifestações folclóricas espacialmente situadas como patrimônios nacionais. A pesquisa, o registro e a exposição foram tidos como mecanismos privilegiados de defesa desses patrimônios. Assim, a criação e o aparelhamento de instituições voltadas para essa tarefa - museus, bibliotecas, arquivos e, sobretudo, uma instituição estatal especializada e de abrangência nacional - seriam os meios mais eficientes, segundo o entendimento dos folcloristas, para assegurar a sobrevivência e continuidade dos símbolos maiores da cultura nacional: as manifestações folclóricas.

Contudo, a noção de patrimônio, inclusive o patrimônio folclórico, pressupõe um embate constante, no qual vários atores atuam ao construir narrativas que evidenciam escolhas que selecionam ou deixam de fora práticas e objetos conforme seus interesses.²⁴⁰ Nesse sentido, esse capítulo busca analisar como esses folcloristas protagonizaram tais conflitos no complexo cenário político dos anos de 1960 e 1970 no campo das políticas públicas culturais, na tentativa de converter o discurso por eles construído a cerca da cultura e identidade nacionais em prática. Para tanto, a **RBF** foi o veículo principal que conduziu a leitura desse universo de questões, ainda que tenha sido embasada por um conjunto de evidências que foram constituídas a partir do contato com outros documentos.

Mapear e entender os projetos e ações dos folcloristas ligados à **RBF**, especialmente no sentido de converter um determinado discurso em prática respaldada pelo Estado, assim como o resultado dessas ações é, portanto, o objetivo deste capítulo.

²⁴⁰ *Ibid.*, p. 229-232.

4.1

A RBF e a posição intelectual dos folcloristas durante o regime militar

Renato Ortiz assinala que durante o regime militar houve dois grupos de intelectuais que atuaram no projeto de cultura encetado pelo Estado. De um lado, figuravam intelectuais tidos como tradicionais e conservadores, recrutados na sua maioria em agremiações culturais como institutos históricos e academias de letras, e de formação bacharelesca, ensaística e historiadora de pequenos fatos nacionais. Opondo-se a estes, surgiu uma nova intelectualidade, formada por figuras com carreiras promissoras e que se postaram diante da questão cultural a partir de uma perspectiva dinâmica e pragmática.²⁴¹

Os intelectuais conservadores, ainda conforme Ortiz, eram os únicos intelectuais disponíveis para atuar no projeto do Estado autoritário nos seus anos iniciais, visto que os intelectuais e artistas de orientação de esquerda eram, via de regra, mal vistos e perseguidos pelo regime.²⁴² Como os conservadores, em sua maioria, posicionavam-se a favor ao golpe militar desde sua implantação, foi possível compor a partir de 1966 o Conselho Federal de Cultura (CFC), grupo cuja função de natureza normativa instrumentalizaria o governo para agir no campo da cultura dentro de uma linha de continuidade, que tinha no discurso de uma cultura nacional harmônica seu vetor privilegiado.

Dentro desse entendimento, os folcloristas que animaram a **RBF** também podem ser vistos, em grande parte, como pertencentes ao perfil de intelectual tradicional, segundo perspectiva adotada por Ortiz. Entretanto, a relação desses folcloristas com o Estado autoritário dos anos de 1960 e 1970 não se deu de forma tão automática, e antes pode ser descrita como uma relação tensa de afastamento e aproximação conforme contextos e interesses dos dois lados.

No *front* dessa relação com o Estado estavam os principais representantes do movimento que se encontravam, ao mesmo tempo, na CNFL, na CDFB, no CNF, gozavam de espaço relevante na **RBF** e, nessa nova realidade, puderam se integrar também, no CFC, como foi o caso de Manuel Diegues Júnior e Luís da Câmara

²⁴¹ Renato Ortiz (2005). *op. cit.*, p.79-126.

²⁴² *Ibid.*, p. 91.

Cascudo²⁴³ que em fevereiro de 1967 foram nomeados pelo presidente da República para exercer a função de conselheiros da cultura.²⁴⁴ Porém, além de Diégues Júnior, Renato Almeida e Edison Carneiro tiveram, pode-se afirmar, uma relação com o regime militar tanto intensa quanto decisiva para os rumos do movimento folclórico, o que pode ser acompanhado através das páginas da **RBF**, sobretudo, pela análise atenta do seu Noticiário.

Nos anos iniciais do movimento folclórico, na década de 1950, os folcloristas mantiveram uma relação amistosa com o governo de Getúlio Vargas, mas sem grandes resultados para seus intuítos de institucionalizar o campo do folclore. Já durante o governo de Juscelino Kubitschek, obtiveram mais êxito com a instalação da CDFB, embora não tenha sido ainda o resultado desejado visto que o formato institucional, bem como o diretor da referida entidade, não foram os pretendidos pelo grupo. Em seguida, com Jânio Quadros na presidência, insinuou-se uma relação promissora, quando o presidente interveio favoravelmente aos folcloristas ao empossar Edison Carneiro como diretor executivo da Campanha. No período do governo de João Goulart, as dificuldades financeiras que obstaculizavam a efetivação de muitas atividades da Campanha permaneciam as mesmas de antes, mas eram justificadas, pelo menos por Edison Carneiro, que acreditava nas reformas que estavam sendo planejadas por esse governo, como necessárias e momentâneas, pois, ao se encerrar esse período que ele chamava de revolução, tudo se resolveria. Entretanto, com a instauração do golpe em 1964, todo o esforço dos folcloristas à frente da Campanha estava ameaçado, pois em abril deste ano, Edison Carneiro fora exonerado do cargo e a CDFB fora fechada.²⁴⁵

O ano de 1964 foi um ano decisivo para o movimento folclórico, no sentido de que representou um golpe também para o projeto folclorista. Tanto que pode ser

²⁴³ Lia Calabre registrou que além de Manuel Diegues Júnior foram nomeados conselheiros pelo decreto nº 60.237, de fevereiro de 1967, Adonias Filho, Ariano Suassuna, Armando Schnoor, Arthur César Ferreira Reis, Augusto Meyer, Cassiano Ricardo, Clarival do Prado Valladares, Djacir Menezes, Gustavo Corção, Hélio Viana, João Guimarães Rosa, José Cândido de Andrade Muricy, Josué Montelo, D. Marcos Barbosa, Moysés Velhinho, Otávio de Faria, Pedro Calmon, Rachel de Queiroz, Raymundo de Castro Maia, Roberto Burle Marx, Rodrigo Melo Franco. Cf. Lia Calabre. *Políticas e Conselhos: um Estudo do Conselho Federal de Cultura*. In: Lia Calabre (Org.). **Políticas Culturais: Diálogo Indispensável**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 68.

²⁴⁴ Ata da II Sessão Plenária da III Reunião do Conselho Nacional de Folclore. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.7, nº 19, set./dez. 1967, p. 224.

²⁴⁵ Cf. Luís Rodolfo Vilhena. *op. cit.*, p. 106-115.

definido como o ano das perdas, precisamente por, a um só tempo, ter sido exonerado o diretor da CDFB, que vinha, mesmo com todos os entraves financeiros, apresentando um desempenho satisfatório na sua direção, e principalmente, por ter sido fechado esse órgão.

Particularmente para Carneiro, a sua exoneração apresentou ainda desdobramentos negativos, pois ele teve que enfrentar um processo de corrupção contra aberto pelo Estado, mas no qual segundo Vicente Salles, funcionário da Campanha à época, conseguiu provar sua inocência. No entanto, mesmo que tenha continuado a participar do Movimento, inclusive como membro do CNF, não foi reintegrado aos quadros da CDFB.²⁴⁶ Como já foi apontado no primeiro capítulo dessa dissertação, Carneiro era simpatizante dos projetos de reforma de base de João Goulart e atuava como membro no Comando dos Trabalhadores Intelectuais que formava uma frente nacionalista de influência comunista. O fato de Carneiro, que era o diretor da Campanha, estar diretamente ligado ao comunismo, foi, de imediato, visto pelo regime como um perigo que precisava ser extirpado. Assim, no dia primeiro de abril de 1964 foi anexada à porta da CDFB uma placa dizendo que aquele departamento havia sido fechado por ser “um antro de comunistas”.²⁴⁷

O fechamento da CDFB também representou a ruptura de um processo de institucionalização do folclore que se iniciara ainda no I CBF em 1951 e que vinha, com ganhos e perdas, conseguindo assegurar um abrigo institucional para o folclore, além da paralisação de todos os projetos em curso. A **RBF** deixou, por exemplo, de ter os números 8 e 9 editados no tempo devido, respectivamente, os quadrimestres de janeiro a abril e de maio a agosto de 1964. No entanto, após a retomada das atividades da Campanha em agosto de 1964, a Revista voltou a ser produzida, e em dezembro do mesmo ano os números 8, 9 e 10 foram publicados em volume único.²⁴⁸

O ano de 1964 revestiu-se por esse aspecto de perdas também por ter coincidido com a morte de figuras relevantes dentro do movimento folclórico. A **RBF** divulgou a

²⁴⁶ Ata da Sessão de Instalação da III Reunião do Conselho Nacional de Folclore. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.7, nº 19, set./dez. 1967, p. 219.

²⁴⁷ Luís Rodolfo Vilhena. *op. cit.* p. 106.

²⁴⁸ Cf. **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.4, n 8/10, jan./dez. 1964.

morte de Joaquim Ribeiro, Cecília Meireles e Henriqueta Galeno que faleceram nesse período deixando o projeto folclorista ainda mais abalado.

Falecida em 10 de setembro de 1964, Henriqueta Galeno, secretária geral da Comissão Cearense de Folclore, ainda que não tivesse uma participação decisiva nos rumos da CDFB e do Movimento no plano nacional, sua morte significou um bastião a menos na luta pelo reconhecimento do folclore. Henriqueta iniciara sua participação no Movimento em 1948, quando foi indicada por Gustavo Barroso para liderar o grupo de folcloristas representantes da Comissão Nacional no Estado do Ceará, e no ano de 1963 presidiu o V CBF.²⁴⁹ Individualmente, não era figura de grande relevo intelectual, mas herdara do pai, o poeta popular Juvenal Galeno, o gosto pelos temas folclóricos e a direção da Casa de Juvenal Galeno, que em meados do século XX figurava como um centro cultural de grande importância em Fortaleza.²⁵⁰ Dessa forma, a secretária pode congregiar homens e mulheres de relevo no cenário cultural daquele Estado para atuar pela causa do folclore.

Cecília Meireles faleceu em 9 de novembro de 1964, já reconhecida no país como uma grande escritora e educadora. No terreno do folclore Cecília atuara com vasta produção bibliográfica, mas foi principalmente, por sua participação na Comissão Nacional de Folclore desde sua criação que sua ausência foi mais sentida. Teve ainda, papel destacado em vários eventos organizados pelo Movimento, como a I Semana Nacional de Folclore, o I Congresso Brasileiro de Folclore, a III Semana Nacional de Folclore e o I Congresso Internacional de Folclore, quando inaugurou a Exposição Interamericana de Artes e Técnicas Populares, na cidade de São Paulo.²⁵¹

Já o historiador e folclorista Joaquim Ribeiro era filho de um dos mais reconhecidos precursores dos estudos folclóricos no Brasil, amigo de Renato Almeida e fazia parte da movimentação em prol do folclore desde seu início, além de ter tido papel de destaque no grupo de trabalho que estruturou a CDFB em 1957. Faleceu, entretanto,

²⁴⁹ Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.4, nº 8/10, jan../dez. 1964, p. 216.

²⁵⁰ Nesta instituição, além da Comissão Cearense de Folclore, reuniam-se entidades de cunho cultural como a Ala Feminina da Casa de Juvenal Galeno; Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil; União Brasileira de Trovadores; Academia Cearense de Retórica; Academia Cearense de Língua Portuguesa; Clube dos Poetas Cearenses; Associação Cearense de Cantadores, dentre outras.

²⁵¹ Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.4, n 8/10, jan../dez. 1964, p. 213-216.

no dia 27 de abril de 1964 e deixou vagos seus assentos na Comissão Nacional de Folclore, no Conselho Técnico da Campanha e no Conselho Nacional de Folclore.

Quando Renato Almeida assumira a direção da Campanha em agosto de 1964, seu primeiro ato, em 2 de setembro, foi inaugurar o retrato do amigo na sede da instituição.²⁵² Embora esse fato não seja em si mesmo extraordinário, visto que esse tipo de homenagem era algo corriqueiro no meio folclórico e em particular na CDFB e de sua Revista, esse acontecimento sintetizou de forma exemplar o trabalho de recomeço que a Campanha enfrentaria daquele momento em diante. Não obstante as “(...) lacunas irreparáveis para o panorama folclórico (...)”,²⁵³ como registrara Almeida, ao se referir à morte dos colegas, a instituição teria que recomeçar a luta pela sobrevivência e reconhecimento mesmo com seu efetivo abalado.

Contudo, a face obscura do regime aos poucos tomou outras nuances em relação ao movimento dos folcloristas que insinuou, inclusive, uma possibilidade de aproximação com o regime. Na cerimônia em que fora empossado como terceiro diretor da CDFB, Renato Almeida relatou seu pesar por estar, naquele momento, ocupando o espaço que havia sido do amigo Edison Carneiro. No entanto lembrou que:

Só a convicção de que a ninguém é dado recusar serviços a um Governo que busca organizar a ordem nacional a restabelecer os índices democráticos e cristãos da nossa existência, me decidiu a aceitar o encargo, não sem pensar atentamente as dificuldades circunstantes. Mas confio em receber apoio do Governo, não só facultando-me os meios para que este organismo deixe de ser uma vaga repartição, mas realize as funções que lhe cabem, bem assim reorganizando sua vida administrativa, o que sei já está em pauta na reforma do Ministério da Educação. (...) Só assim poderei realizar a alta missão que recebo do Governo, na qual só desejo servir. Servir com boa vontade, disposição de acertar o intenso amor ao Folclore.²⁵⁴

Assim, percebe-se que ao reativar a Campanha, o regime se mostrou interessado nas atividades que eram realizadas pela repartição, mas ficou claro também que a convivência que se inaugurava entre os folcloristas e o Estado autoritário seria pautada

²⁵² *Ibid.*, p. 209

²⁵³ *Ibid.*, p. 213.

²⁵⁴ *Ibid.*, p. 219-220.

pela resignação e obediência em relação ao regime. No entanto, mesmo ao afirmar que o Estado era organizador da ordem social, democrática e cristã, não era aconselhável recusar uma oferta dele, o mais prudente seria servi-lo com boa vontade.²⁵⁵

Consciente das limitações que enfrentaria na nova empreitada frente à Campanha, Renato Almeida, como excelente negociador e articulador que era, aproveitou para chamar à responsabilidade em relação à CDFB o novo governo, representado na cerimônia pelo Ministro da Educação e Cultura da época, Flávio Suplicy de Lacerda. Assim o folclorista afirmou que

Dos órgãos deste Ministério, a Campanha tem sido, se me permitem, uma imagem folclórica, a Gata Borracheira. Espero que Vossa Excelência, Senhor Ministro, seja o Príncipe Encantado que encontre o seu sapatinho de cetim ou vidro e lhe restitua a grandeza a que tem pleno direito. (...) Basta dizer que, desde agosto do ano passado, esta Campanha não recebe um centavo e vem acumulando débitos que tanto perturbam o início da minha gestão. É bem o sinal da desordem em que vivíamos mergulhados.²⁵⁶

Ao mesmo tempo em que chamou o ministro à responsabilidade em relação à Campanha, Almeida, através da descrição do cenário anterior ao golpe, acentuou a diferença entre este governo e o passado, ao classificar o governo anterior como desordem e ao referir-se ao novo governo como aquele que viria a sanar os problemas da Campanha e, por extensão, os da nação. E foi a partir dessa postura de reverência e cooperação em relação ao poder político instalado que Renato Almeida conseguiu, não obstante os problemas, a permanência do folclore entre as áreas da cultura que estavam sob proteção do Estado.

Como sugere a documentação, e o Noticiário da **RBF** em particular, Renato Almeida buscou cercar-se de pessoas que lhe possibilitariam ser reconhecido positivamente no cenário político da época. Pode ser tido como sintomática dessa postura a excessiva referência na **RFB** ao centenário do poeta e folclorista paraibano Rodrigues de Carvalho no ano de 1967, o que sinaliza para a utilização da **RBF** como espaço de negociação e barganha no contexto em questão.

²⁵⁵ *Ibid.*, p. 220.

²⁵⁶ *Ibid.*, p. 220.

Na **RBF** de número 17, de 1967, divulgou-se uma pequena nota sobre o centenário de nascimento de Rodrigues de Carvalho e Guilherme de Melo.²⁵⁷ No entanto, no número seguinte da Revista, surgiram outras referências sobre essa efeméride, com ênfase no entanto, no centenário do folclorista paraibano Rodrigues de Carvalho, que se realizaria no dia 18 de dezembro do corrente ano. Conforme se registrou na **RBF** essa data seria

(...) um dos acontecimentos marcantes do ano folclórico em curso, chamando a atenção para a personalidade do ilustre paraibano pioneiro dos estudos e da pesquisa do folclore no Brasil, bem como fazendo referência às séries de programação que serão realizadas. Uma das primeiras manifestações em homenagem a Rodrigues de Carvalho foi a apresentação do documento lido em sessão da Câmara de Ciências Humanas do Conselho de Cultura, pelo professor Manuel Diégues Júnior.²⁵⁸

Manuel Diegues Júnior que pertencia, dentro da divisão do CFC, à Câmara de Ciências Humanas, levou a plenário a proposta de comemoração do referido folclorista, influenciado pela atitude do companheiro de câmara Gilberto Freyre que fizera referência ao centenário de Oliveira Viana.²⁵⁹ Ainda no mesmo número da **RBF** foi divulgado o Concurso de Folclore Rodrigues de Carvalho que, embora instituído pela família do folclorista, foi patrocinado pela Campanha e pela CNFL. Este concurso versou sobre temas do folclore brasileiro em seus aspectos locais ou regionais e destinava-se aos alunos das escolas normais, institutos de educação, institutos de artes plásticas, institutos de música e cursos clássicos e científicos de todo o país.²⁶⁰ Já no número seguinte da **RBF**, o primeiro artigo, de autoria do folclorista paraibano José Américo de Almeida, também tinha como tema o folclorista Rodrigues de Carvalho.²⁶¹

²⁵⁷ Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.7, nº 17, jan./abr. 1967, p. 61

²⁵⁸ Manuel Diegues Júnior. José Rodrigues de Carvalho. Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.7, n 18, mai./ago. 1967, p. 165

²⁵⁹ *Ibid.*, p. 165-167.

²⁶⁰ Concurso de Folclore “Rodrigues de Carvalho”. Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.7, nº 18, mai./ago. 1967, p. 175.

²⁶¹ José Américo de Almeida. O Folclorista Rodrigues de Carvalho. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.7, nº 19, set./dez. 1967, p. 215-218.

No Noticiário da mesma revista foi divulgada a programação que o Estado da Paraíba realizaria para comemorar a data;²⁶² o Simpósio de Folclore Brasileiro realizado para comemorar os 20 anos de atuação da CNFL e que contou com a presença de parentes de Carvalho e, também serviu de palco para homenagear o folclorista, dessa vez através do discurso de Rossini Tavares de Lima.²⁶³ E por último, outra homenagem foi prestada ao se estampar na capa da **RBF** de número 19 um selo com o busto do folclorista paraibano, o que interrompia uma tradição já firmada segundo a qual as capas da Revista estampava ilustrações relativas a manifestações folclóricas brasileiras.²⁶⁴

Esses fatos, vistos isoladamente, podem não parecer muito importantes, mas se confrontados com outros elementos, possibilitam visualizar um jogo político baseado em relacionamentos pessoais e trocas de favores que apontam para uma estratégia de busca de reconhecimento e sustentação por parte dos folcloristas junto ao aparato Estatal.

O fato de ter sido o folclorista paraibano alvo de tão intensa agenda comemorativa e a **RBF** ter aberto espaço para tantas referências e homenagens - mesmo sendo esse folclorista autor de apenas um livro sobre o tema -,²⁶⁵ aponta para duas interpretações: Manuel Diegues Júnior, que durante sua juventude em Recife convivera com Carvalho, nutria por ele uma admiração pessoal e por fazer parte do CFC, tratou de encaminhar notas em favor de uma série de comemorações, o que significava que esses eventos seriam patrocinados com recursos públicos. Além disso, o contato com a família Rodrigues poderia ser muito promissor, visto que entre seus membros existia figuras de relevância no cenário político de então, como era o caso dos filhos do homenageado, o General Manuel Rodrigues de Carvalho Lisboa e Agnaldo Rodrigues Júnior, que construíra carreira significativa no legislativo brasileiro a partir do Estado de

²⁶² Centenário de Rodrigues de Carvalho. Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.7, nº 19, set./dez. 1967, p. 314-315.

²⁶³ Rossini Tavares de Lima. Discurso. Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.7, nº 19, set./dez. 1967, p. 301-304.

²⁶⁴ Essa capa trouxe o desenho de uma medalha comemorativa do centenário de Rodrigues de Carvalho de autoria do desenhista G. Farricone. Cf. Capa. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.7, nº 19, set./dez. 1967. Essa capa trouxe o desenho de uma medalha comemorativa do centenário de Rodrigues de Carvalho de autoria do desenhista G. Farricone.

²⁶⁵ O único livro que Rodrigues de Carvalho publicou sobre folclore foi **Cancioneiro do Norte** editado em Fortaleza, em 1903, e que foi reeditado em 1928. Cf. **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.7, nº 17, set./dez. 1967, p. 61.

São Paulo, tendo sido, inclusive um dos fundadores da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação do governo militar.²⁶⁶

Somou-se a esse tipo de estratégia, baseada no jogo personalista de troca de favores e prestação de homenagens, a não contestação do regime por parte dos folcloristas - de acordo com o que transparece a **RBF**. E, ao que se pode constatar, essa escolha rendeu frutos, tanto assim que em março de 1969 Renato Almeida foi condecorado pelo Presidente Marechal Costa e Silva com a Ordem Nacional do Mérito Educativo,²⁶⁷ ocasião em que se fizeram presentes o Ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra e o governador da Bahia, Luís Vianna Filho.²⁶⁸

Em outra ocasião, Almeida também recebeu uma condecoração do representante do executivo brasileiro, em 25 de abril de 1974 o presidente Ernesto Geisel lhe concedeu a medalha da Ordem Nacional de Rio Branco em cerimônia de comemoração do dia do diplomata no Palácio do Itamaraty.²⁶⁹

Outro folclorista que conseguiu o reconhecimento por parte do regime militar foi Manuel Diegues Júnior. Nascido em Alagoas, Diegues Júnior fez seus estudos em Pernambuco, e migrou em seguida para o Rio de Janeiro, onde tornou-se professor de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Foi na cidade do Rio de Janeiro que Diegues Júnior iniciou sua relação com o movimento folclórico através da Comissão Nacional e, posteriormente, como participante da CDFB e do CNF.²⁷⁰

No ano de 1967 a **RBF** noticiou a nomeação de Manuel Diegues Júnior como membro do Conselho Federal de Cultura e sua atuação como membro do CFC, da qual

²⁶⁶ Proposituras. Requerimento de Pesar. In: <websp11.al.sp.gov.br/internet/download?poFileIfs...doc%22>. Acesso em: 19 jan. 2010.

²⁶⁷ Cfr. Anexos, p. 209.

²⁶⁸ Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.8, n 23, jan./abr. 1969, p. 51.

²⁶⁹ Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 14, nº 38, jan./abr. 1974, p. 70.

²⁷⁰ Diegues Júnior foi nomeado pelo ministro Brígido Tinoco através da Portaria de nº 197 de 1957. Cf. Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. **Defesa do Folclore**: Instituição, Organização e Execução da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Rio de Janeiro: DCFB/MEC, 1961, p. 33.

foi vice-presidente. Poucos anos depois tornou-se diretor do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), órgão executivo do MEC.²⁷¹ Conforme registro na Revista:

Nomeado pelo Presidente da República, assumiu a direção do Departamento de Assuntos Culturais do MEC o professor Manuel Diégues Júnior, membro da Comissão Nacional de Folclore e ex-vice-presidente do Conselho Federal de Cultura. Sociólogo, o atual diretor do DAC possui obras destacadas no campo dos estudos sociais, colaborando também com artigos em jornais e publicações especializadas. O folclore tem merecido especial atenção de Manuel Diégues Júnior tanto pela participação em conclave como em trabalhos assinados sobre o assunto.²⁷²

É importante sublinhar, como apontou Sérgio Miceli, que a indicação de Diegues Júnior para o DAC decorreu, também, de um jogo político de indicações, em um contexto em que parentes de figuras poderosas, algumas delas com trânsito assegurado nos círculos de decisão política, não se furtavam a colaborar com o processo de abertura do regime pela via da frente cultural.²⁷³ De qualquer modo, o folclorista soube canalizar os ganhos institucionais advindos dessas relações e tornou-se, no início da década de 1970, um dos homens fortes no campo da política cultural do país. Diegues Júnior, junto com Vicente Salles, folclorista ligado à Campanha, inclusive, como diretor da **RBF**; Fernando Bueno, Amália Lucy Geisel, Armando Mendes, Carlos Alberto Direito e Mônica Rector, técnicos assessores do ministro, que elaboraram o texto da Política Nacional de Cultura lançada em 1976.²⁷⁴

Não se deve esquecer de que o encaminhamento harmonizador de Diegues Júnior à frente do DAC - conforme sugeriu o próprio folclorista ao dizer que queria evitar o choque entre o ministério e os conselheiros no momento da implementação do Programa de Ação Cultural (PAC) -,²⁷⁵ coadunava-se perfeitamente com os intuitos do

²⁷¹ Cf. Sérgio Miceli. O Processo de “Construção Institucional” na Área da Cultura Federal (Anos 70). In: **Estado e Cultura no Brasil**. Sérgio Miceli (org.). São Paulo: DIFEL/Idesp, 1984, p. 66-67 e Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.13, nº 38, jan./abr. 1974, p. 70.

²⁷² Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.13, n 38, jan./abr. 1974, p. 70.

²⁷³ Sérgio Miceli. *op.cit.* p. 66-67.

²⁷⁴ Isaura Botelho. **Romance de Formação**: Funarte e política cultural, 1976-1990. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000, p. 67 e 89.

²⁷⁵ Entrevista citada em Sérgio Miceli. *op. cit.* p. 67.

Estado autoritário que se colocou no cenário das políticas culturais de forma extremamente ambígua: fomentando de um lado sua produção e difusão, e de outro, controlando seu conteúdo, inclusive, censurando, várias iniciativas culturais consideradas por ele subversivas.

A instauração do regime militar de 1964 exigiu dos folcloristas um intenso jogo de bastidores, que mesmo já tendo sido uma estratégia utilizada pelos representantes do movimento folclórico durante os anos 1950, teve de ser ampliada para atingir um leque bem maior de pessoas que, de algum modo, poderia interceder pela causa do folclore, ou mesmo a causa dos folcloristas - vistos de forma individual -, no cenário ditatorial dos anos de 1960 e 1970.

Também foi possível verificar que mesmo que compartilhassem do perfil intelectual identificado como conservador, os folcloristas, ou pelo menos os responsáveis pela Campanha e sua Revista, não foram automaticamente assimilados ao regime autoritário. Foi necessário situar-se diante da realidade ambígua do Estado para planejar uma linha de ação que os possibilitasse contornar os impasses e limites impostos pela orientação autoritária do governo. E essa postura conciliadora dos intelectuais ocupados com as questões da cultura popular permitiu que o folclore figurasse com destaque na política cultural e ideológica do estado autoritário dos anos de 1960 e 1970, não obstante os percalços institucionais.

4.2

A BRF e as configurações institucionais no campo do folclore entre 1961 e 1976

As páginas da **RBF** mostram que, para os folcloristas atuantes no movimento folclórico brasileiro, a institucionalização do campo do folclore foi um problema crucial. Os folcloristas buscaram a institucionalização por dois caminhos: pela via da educação, ao tentar incluir o folclore como disciplina nas universidades brasileiras e pela via da criação de um órgão estatal especializado na matéria.

Não obstante inúmeras tentativas, o projeto de inserir o folclore entre as disciplinas acadêmicas através de uma cátedra própria na universidade não foi bem

sucedido. Desde o início das atividades do movimento esse foi um desejo alentado pelo grupo que entendia o ingresso do tema popular na academia como uma forma de animar os jovens para o estudo do folclore e garantir os meios de intensificar a pesquisa nesse campo.²⁷⁶ Entretanto nunca conseguiram respaldo suficiente para transpor as dificuldades a essa inclusão, sobretudo as resistências das ciências fronteiriças que não consideravam o folclore como disciplina científica autônoma, conforme se verificou no caso das Ciências Sociais.

Por ocasião da III Reunião do Conselho Nacional de Folclore, em agosto de 1967, o tema da inclusão do folclore nos currículos universitários figurou como pauta e como possibilidade real de concretização entre seus membros, visto a oportunidade que se abria com a reforma do ensino superior em andamento no país. Um grupo de trabalho foi composto pelos folcloristas José Loureiro Fernandes e Aires da Mata Machado Filho, a fim de elaborar um documento que seria enviado aos reitores das universidades, bem como ao Conselho Federal de Educação e o Conselho Federal de Cultura.²⁷⁷ Porém, em novembro de 1968 a Reforma Universitária foi aprovada pelo Congresso Nacional sem que houvesse o tão sonhado reconhecimento do folclore como área acadêmica.²⁷⁸ A este campo restou apenas existência como matéria complementar em currículos de áreas afins e, como testemunhou Guilherme Santos Neves sobre o panorama universitário de seu Estado, mediante a realização de cursos e atividades extracurriculares.²⁷⁹

Embora nunca tenham conseguido a institucionalização como especialidade no campo universitário, a criação de uma agência estatal sempre foi prioridade para esse grupo de folcloristas.²⁸⁰ A **RBF**, nesse contexto, constituiu-se em espaço privilegiado no qual essa questão pode ser identificada através do registro exaustivo do percurso trilhado para efetivação desse intento.

²⁷⁶ Ata da I Sessão Plenária da III Reunião do Conselho Nacional de Folclore. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.7, nº 19, set./dez. 1967, p. 222.

²⁷⁷ Ata da III Sessão Plenária da III Reunião do Conselho Nacional de Folclore. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.7, nº 19, set./dez. 1967, p. 224-225.

²⁷⁸ Cf. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixou normas para o funcionamento do ensino superior durante o regime militar. <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=45>>. Acesso em: 02 jul. 2010.

²⁷⁹ Ata da I Sessão Plenária da III Reunião do Conselho Nacional de Folclore. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.7, nº 19, p. 222, set./dez. 1967.

²⁸⁰ Cf. Luís Rodolfo Vilhena. *op. cit.* p. 67.

Ao retomar a genealogia que Edison Carneiro elaborou dos estudos do folclore no Brasil e que foi publicada na **RBF** em 1962, vê-se que a iniciativa da criação da Comissão Nacional de Folclore, seguida pela criação das comissões estaduais, foi apontada como o primeiro esforço realmente sistemático de organização do folclore no Brasil, a despeito de empreendimentos tais como os de Mário de Andrade no Estado de São Paulo.²⁸¹ Porém, esse modelo organizacional através de comissões paraestatais não deve ser considerado como exemplo de institucionalização. Foi, antes, uma forma encontrada para mobilizar os estudiosos do folclore, chamar atenção da sociedade civil e, principalmente, dos governos, pois os folcloristas viam na aproximação com o Estado o caminho mais eficiente para a criação de instituições adequadas à promoção da atividade intelectual e cultural.

Foi, contudo, a partir dessa mobilização encetada pelas comissões de folclore que teve início um diálogo nem sempre simétrico entre folcloristas e Estado e que culminou com a criação da CDFB em 1958 na estrutura do MEC. Porém, é importante assinalar que a organização da CNFL não foi o ponto de partida absoluto desse esforço de aproximação com o Estado, como assegurou Edison Carneiro, e tampouco a CDFB foi o ponto de chegada definitivo desse processo, pois essa repartição teve que lutar constantemente para tornar-se o órgão estatal responsável pela institucionalização do campo do folclore no Brasil e manter-se nesse patamar durante as décadas de 60 e 70.

Já no discurso inaugural da II Semana Nacional de Folclore, Renato Almeida sublinhou que proteger o folclore não era tarefa apenas de estudiosos nem de alguns homens de boa vontade, uma vez que teria que ser obra do Estado.²⁸² Na **Carta do Folclore Brasileiro**, no ano seguinte, esse anseio foi endossado quando foi dirigido um apelo ao presidente da República Getúlio Vargas

(...) no sentido de que promova pelos meios julgados mais convenientes aos interesses da administração pública, a criação de um organismo, de caráter nacional, que se destine à defesa do patrimônio folclórico do Brasil e à proteção das artes populares.

²⁸¹ Antonio Gilberto Ramos Nogueira. **Por um Inventário dos Sentidos**. Mário de Andrade e a Concepção de Patrimônio e Inventário. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.

²⁸² Cf. Luís Rodolfo Vilhena, *op. cit.* p. 103.

Ao órgão a ser criado, nos termos dessa sugestão, deve ser dada a estrutura de caráter autárquico, com plena autonomia técnica e a autonomia administrativa indispensável à própria natureza dos seus encargos.²⁸³

Não obstante a recepção positiva de Getúlio Vargas, que inclusive compareceu a um festival folclórico organizado pelos folcloristas na Quinta da Boa Vista, na cidade do Rio de Janeiro, as negociações se arrastaram até a morte do presidente em 1954. E só voltaram a figurar como possibilidade quando, em 1957, por ocasião do III CBF, realizado em Salvador, o presidente Juscelino Kubitschek, que fora convidado a comparecer ao evento enviou através do ministro Pascoal Carlos Magno um pronunciamento que autorizava a formação de um grupo de trabalho para elaborar um projeto de organismo para atuar em favor da proteção das “artes populares”.²⁸⁴

Esse grupo de trabalho veio a ser composto por alguns dos principais representantes do movimento folclórico, como Renato Almeida, que o presidia por ser secretário-geral da CNFL; Joaquim Ribeiro; Manoel Diegues Júnior; Edison Carneiro e Rossini Tavares de Lima.²⁸⁵ Luís da Câmara Cascudo não foi indicado para compor o grupo de trabalho, o que o motivou a escrever ao ministro da Educação Clóvis Salgado, ressentindo-se pelo fato de, sendo ele representante da mais antiga sociedade de estudos de folclore no Brasil, houvesse sido excluído do grupo.²⁸⁶ Essa exclusão, no entanto, só veio a ser reparada três anos após a instalação da instituição, quando o próprio presidente da República, Janio Quadros, através de memorando, recomendou que se concedesse “(...) a Luís da Câmara Cascudo posição de relevo na Campanha.”²⁸⁷, bem como, “(...) lugar de destaque no Conselho Nacional de Folclore.”²⁸⁸

²⁸³ Carta do Folclore Brasileiro. In: Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. **Defesa do Folclore Brasileiro**: Instituição, organização e execução da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, 1961, p. 5.

²⁸⁴ Discurso do chefe do executivo. In: Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. **Defesa do Folclore Brasileiro**: Instituição, organização e execução da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Rio de Janeiro: MEC/CDFB, 1961, p. 6-7.

²⁸⁵ *Ibid.* p. 6-7.

²⁸⁶ Luís Rodolfo Vilhena. *op. cit.* p. 105.

²⁸⁷ Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. **Defesa do Folclore**: Instituição, Organização e Execução da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Rio de Janeiro: DCFB/MEC, 1961, p. 33-34.

²⁸⁸ Essa tensão entre Cascudo e os membros da linha de frente do movimento não foi um caso isolado, pois teve uma nova versão quando Carneiro minimizou a contribuição de Cascudo e a Sociedade Brasileira de Folclore na sua já citada genealogia do movimento folclórico. Figura também como indício

Uma vez que o grupo de trabalho formado, mesmo sem a presença de Luís da Câmara Cascudo, passou a reunir-se com José Simeão Leal, funcionário do Serviço de Documentação do MEC e representante deste ministério. O grupo elaborou o projeto de criação da instituição, que previa, inicialmente, uma repartição nos moldes de um instituto, com “autonomia de movimentos”,²⁸⁹ e que se chamaria Instituto Brasileiro de Folclore. No entanto, o representante do MEC nessas reuniões tinha um papel preciso: frear os arroubos dos folcloristas e situá-los diante da difícil estrutura burocrática do governo, visto que nesse período, criar uma nova repartição só seria possível se o projeto fosse aprovado pelo Congresso Nacional, o que levaria muito tempo. A saída encontrada foi criar uma campanha, como outras tantas criadas sob a batuta do MEC nesse período.²⁹⁰ O formato de campanha, pela sua natureza emergencial e provisória, foi a forma encontrada para contornar a burocracia estatal e dar prosseguimento às ações governamentais, sobretudo em áreas estratégicas para o projeto de desenvolvimento do país que estava em franco andamento.

Para completar o quadro de decepção, o projeto de elaboração da Campanha, transformado em decreto em fevereiro de 1958,²⁹¹ passaria ainda alguns meses até ser regulamentado e publicado. O que motivou Edison Carneiro a escrever a seu amigo Victor Nunes Leal, chefe de Gabinete da Presidência da República, para pedir que intercedesse pela efetivação da Campanha, “sua afilhada”,²⁹² junto ao ministro Clóvis Salgado. Não se sabe se pelo poder das relações de compadrio, como sinalizou a carta

dessa suposta tensão o fato de que o folclorista potiguar, conhecido principalmente pela sua monumental produção bibliográfica na área tivesse publicado no **RBF** apenas quatro discretos artigos. No entanto, não foi possível identificar os desdobramentos desses conflitos. Cfr. Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. **Defesa do Folclore: Instituição, Organização e Execução da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro**. Rio de Janeiro: DCFB/MEC, 1961, p. 33-34.

²⁸⁹ Edison Carneiro. **Plano de Edison Carneiro**. Rio de Janeiro, 1957. In: **Arquivo Institucional da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e do Instituto Nacional de Folclore alocado na Biblioteca Amadeu Amaral**. Rio de Janeiro: CNFCP/Iphan.

²⁹⁰ Exemplo dessas campanhas foi a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), criada em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741, com o objetivo de assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país.

²⁹¹ Brasil. Decreto nº 43.178, de 5 de fevereiro de 1958. Institui a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. In: **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, DF, 7 fev. 1958. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-43178-5-fevereiro-1958-381950-publicacao-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

²⁹² Edison Carneiro. **Carta a Victor Nunes Leal**. Rio de Janeiro, 1958. In: **Arquivo Institucional da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e do Instituto Nacional de Folclore alocado na Biblioteca Amadeu Amaral**. CNFCP/Iphan.

enviada por Carneiro ao amigo, ou se pelo ritmo próprio dos trâmites burocráticos, a Campanha foi instalada no ano de 1958, na data - especialmente significativa para os folcloristas - de 22 de agosto,²⁹³ dois meses após a missiva ser enviada ao chefe de gabinete da presidência da República. No entanto, sua instalação traria ainda um novo golpe para o intento dos folcloristas: a apessoa indicada pelo ministro para a direção executiva da Campanha foi Mozart de Araújo, que a pesar de ser também folclorista, não pertencia ao movimento e nem partilhava com ele, pelo que ficou claro, a maneira de dirigir a Campanha. Araújo já pertencia aos quadros do Ministério da Educação e Cultura enquanto diretor da Rádio MEC e gozava, além disso, da confiança do ministro Clóvis Salgado.²⁹⁴ Nesse contexto, caberia aos membros do estado-maior do campo do folclore, que, inclusive, foram os responsáveis pela elaboração do projeto que estruturou a CDFB, apenas a participação em seu Conselho Técnico.²⁹⁵

Não obstante esses percalsos, a Campanha passou a funcionar no Serviço de Documentação do MEC, a partir de 22 de agosto de 1958 com uma estrutura que previa um diretor executivo e um conselho técnico. Este tinha caráter eminentemente normativo e contava com a colaboração permanente da CNFL e suas entidades regionais. Ao lado do conselho técnico estava o diretor, autoridade incubida de coordenar, no plano executivo, os diversos trabalhos da Campanha, fazendo-o diretamente ou por intermédio dos setores criados.²⁹⁶

Transcorridos quase três anos de atividade da Campanha, os membros do Conselho Técnico avaliaram que essa estrutura não funcionava a contento e o que a impossibilitava de cumprir os projetos elaborados no início da gestão e que eram,

²⁹³ A preocupação com a efeméride de 22 de agosto, dia do folclore - data da publicação da carta William John Thoms que inaugurava o termo *folk-lore*, considerada a pedra fundamental da disciplina - pode ser observada em vários momentos, a saber: 22 de agosto de 1957, data em que foi publicado o documento que criou o GT para elaboração do anteprojeto da CDFB; a inauguração do Museu de Artes e Técnicas Populares de São Paulo foi em 22 de agosto de 1961; a outorga do Prêmio Silvio Romero acontece sempre em 22 de agosto; a primeira semana de Folclore no Rio de Janeiro se iniciou em 22 de agosto de 1948; o que eles chamaram de o maior Festival de Folclore ocorreu em 22 de agosto de 1954 na ocasião do I Congresso Internacional de Folclore em São Paulo; os congressos nacionais de folclore também aconteceram, na maior parte, no mês de agosto, na tentativa de contemplar o dia 22.

²⁹⁴ Luís Rodolfo Vilhena. *op. cit.* p. 105.

²⁹⁵ Anteprojeto de Regulamento. In: Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. **Defesa do Folclore Brasileiro**: Instituição, organização e execução da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Rio de Janeiro: MEC/CDFB, 1961, p. 12-15.

²⁹⁶ *Ibid.*, p. 12-15.

segundo o Conselho, esperados pelos folcloristas de todo o Brasil, era, antes de tudo, o que a valiam ser a incompetência de seu diretor. Para resolver essa questão os folcloristas se mobilizaram até que, em 1961, conseguiram substituir Mozart de Araújo por Edison Carneiro.

Aceitando ponderação dos folcloristas brasileiros que solicitavam uma reestruturação da Campanha de Defesa do Folclore do Ministério da Educação, o presidente da República enviou memorando ao ministro, determinando a nomeação do prof. Edison Carneiro, para o cargo de diretor executivo da referida entidade. O prof. Edison Carneiro já exercia função de membro da Campanha e a ele se deviam algumas sugestões de grande importância no setor da pesquisa folclórica, no Brasil, que infelizmente não foram tomadas pela simples razão de que desde a sua criação a Campanha não funcionou como era de se desejar. Com a nomeação de Edison Carneiro (...) o presidente Jânio Quadros concretizou uma aspiração do setor de folclore de a Gazeta, a página de Folclore dos sábados, que desde a posse do presidente vem se batendo pela reestruturação da Campanha de Defesa do Folclore, especialmente no sentido de que esta seja dirigida por um verdadeiro representante dos folcloristas brasileiros. Agora estes estão certos de que a entidade (...) cumprirá os objetivos para os quais foi criada.²⁹⁷

Como noticiou o jornal paulista **A Gazeta** com a intervenção de Jânio Quadros, Edison Carneiro foi nomeado diretor da Campanha e, com isso, o sentimento de mais uma vitória no campo do folclore deu margem a uma empolgação geral entre os folcloristas do movimento, que acreditavam que tudo o que não havia sido feito até o momento, o seria agora com a Campanha sob a direção de um folclorista que integrava o movimento folclórico e que partilhava de seus projetos. O que fez Renato Almeida afirmar que a Campanha era “(...) como a Bela Adormecida no Bosque, estava despertando para um esforço vigoroso a favor do nosso folclore (...)”.²⁹⁸

Três dias após a posse de Edison Carneiro o presidente Jânio Quadros alimentou ainda mais a empolgação do grupo, quando em discurso pronunciado afirmou que

²⁹⁷ Página de Folclore da Gazeta. Vitória da Página de Folclore da Gazeta: Edison Carneiro na direção da Campanha de Defesa do Folclore. In: **A Gazeta**. São Paulo, 15 mar. 1961. Página de Folclore da Gazeta. In: **Arquivo Institucional da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e do Instituto Nacional de Folclore alocado na Biblioteca Amadeu Amaral**. CNFCP/Iphan.

²⁹⁸ Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.1, nº 1, set./dez. 1961, p. 88.

Não podem os governos ser indiferentes à cultura popular. Por isso entendi necessário incentivar os eruditos e os pesquisadores que se vêm empenhado num labor fecundo para o levantamento desse patrimônio, seu estudo e exegese, e dei à Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, não só uma estruturação mais adequada aos seus propósitos, bem como meios para bem cumpri-los.²⁹⁹

Mas a análise dos documentos evidencia uma realidade diversa da promessa de Jânio, pois as dificuldades para realizar as atividades da Campanha permaneciam. No entanto, nessa nova conjuntura a ineficiência do órgão, ora atribuída apenas à incompetência de seu antigo diretor passou ser ponderada pelos folcloristas que vivenciaram de perto as dificuldades. Pouco tempo depois de assumir a diretoria da entidade Carneiro viu-se impossibilitado de executar muitos dos projetos encetados, e como não era de seu temperamento resolver tudo apenas nos bastidores, já na inauguração da biblioteca da Campanha, iniciou seu discurso apontando o problema de falta de espaço que enfrentavam e impossibilitava à biblioteca de receber consulentes:

Neste apertadinho, neste ovo que é a sede da atual Campanha, inauguramos audaciosamente uma biblioteca especializada (...) Esta inauguração só se pode considerar simbólica porque, por simples angústia de espaço, não estamos em condições de entregar a biblioteca, desde já, ao público.³⁰⁰

No V CBF realizado em Fortaleza no ano de 1963, o tom de decepção e o sentimento de que havia ainda muito o que fazer tomou conta das falas daqueles que se pronunciaram em nome da Campanha.

²⁹⁹ Jânio Quadros. Discurso. Brasília, 1961. In: Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. **Defesa do folclore**. Instituição, organização e execução da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. 1961, p. 3.

³⁰⁰ Edison Carneiro. **Palavras de Edison Carneiro na inauguração da biblioteca especializada da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1961. Arquivo Institucional da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e do Instituto Nacional de Folclore alocado na Biblioteca Amadeu Amaral. CNFCP/Iphan.

A confiança que pusemos na Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, e que continua em potencial vive na dependência de condições financeiras cada vez mais difíceis.(...) Sou testemunho do empenho constante e da vigilância do nosso dedicadíssimo colega Édison Carneiro. Esbarra êle, no entanto, com verbas não liberadas, inclusive para o levantamento do folclore dêste Estado, por convênio já firmado com esta universidade (...). Deve o Conselho Nacional de Folclore, nesses dias, fazer sentir ao Govêrno, com firmeza e lealdade, a urgência em dar meios que permita à Campanha, vida eficiente, modesta que seja, mas capaz de justificar sua existência como instituição científica.³⁰¹

No discurso que Carneiro pronunciou no V CBF igualmente constatou que as coisas não iam bem no âmbito da CDFB, porém, justificou esse fato pelas mudanças que se operavam no cenário político nacional, a que chamou de “revolução social”:³⁰²

Se temos o direito de estar contentes, não podemos, não devemos estar, entretanto, satisfeitos. Muita coisa resta a fazer, até que possamos considerar pelo menos bem encaminhada, segura, indestrutível, a tarefa que nos impusemos. (...) E só temos, talvez, como atenuante, o período de intensas e necessárias transformações, porque atravessa o nosso país, a verdadeira revolução que está processando para modernizar e vivificar a nação (...)³⁰³

O pronunciamento de Almeida fazia pensar que o funcionamento inadequado da CDFB devia-se agora à falta de comprometimento do Estado que não disponibilizava de forma regular e suficiente os recursos financeiros necessários para a vida ativa da instituição de proteção ao folclore. Nem mesmo uma sede com espaço mínimo para a realização das atividades administrativas e de funcionamento da biblioteca existia até aquele momento. Somente depois da alfinetada de Carneiro quanto à exiguidade do espaço de que a CDFB dispunha, conseguiram um espaço maior para exercer suas atividades. A Campanha mudou-se de duas salas que ocupava nas dependências do

³⁰¹ Renato Almeida. Discurso de Renato Almeida da abertura do V Congresso Brasileiro de Folclore. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.3, nº 7, p. 248-249, set./dez. 1963.

³⁰² Edison Carneiro. Discurso de Edison Carneiro no V Congresso Brasileiro de Folclore. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.3, nº 7, set./dez. 1963, p. 257.

³⁰³ *Ibid.*, p. 257.

MEC para outro endereço, que dispunha de um espaço maior, também na cidade do Rio de Janeiro.³⁰⁴

Já Carneiro, ao discursar no evento, preferiu não atacar o governo do Presidente João Goulart, já que nutria por ele simpatia e apoiava seu programa de reformas de base. No entanto esse fato foi mais um dos que se somaram para piorar o quadro de dificuldades por que passava CDFB, quando em abril de 1964, Edison Carneiro foi exonerado do cargo e a CDFB fechada pelo regime militar que se instaurara no país.³⁰⁵

Por meios não divulgados pela **RBF** e nem por outra fonte a que se teve acesso nessa pesquisa, a Campanha foi reativada em agosto de 1964, quando tomou posse o novo diretor, Renato Almeida. Essa interrupção das atividades da Campanha refletiu-se na **RBF** apenas por duas maneiras: a interrupção da regularidade do periódico, que era quadrimestral, mas que exatamente nesse ano teve de editar os três números em um volume único no final do ano, e pela referência à exoneração de Carneiro, seguida da nomeação de Almeida para o Cargo. A Revista se absteve de comentar de forma mais incisiva a ação do governo que depôs Edison Carneiro e apenas limitou-se ao fato ocorrido.³⁰⁶ Isso evidencia o alinhamento com os interesses, ou pelo menos, a opção de não enfrentamento do regime por parte do grupo de folcloristas que estavam à frente da **RBF**, o que renderia futuramente para a instituição que a editava, para o folclore e para alguns folcloristas em particular, possibilidades de inserção no aparato do Estado, ou mesmo, esperança de continuidade da instituição.

Não obstante as interrupções da Revista e das atividades da Campanha, a instituição de proteção ao folclore continuou suas atividades dentro das possibilidades institucionais que o Estado lhe oferecia. Nesse contexto, afora a **RBF** que permaneceu praticamente inalterada em seu formato e conteúdo, muita coisa mudou, principalmente, no cenário cultural do país.

³⁰⁴ Quando Bráulio do Nascimento assumiu a direção da Campanha em 1974, esta passou a funcionar em sede definitiva, nos anexos do Palácio do Catete na cidade do Rio de Janeiro. Cfr. Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Campanha de Folclore em Novas Instalações. Rio de Janeiro, 1961. In: **Arquivo Institucional da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e do Instituto Nacional de Folclore alocado na Biblioteca Amadeu Amaral**. CNFCP/Iphan.

³⁰⁵ Luís Rodolfo Vilhena. *op. cit.* p. 106 e 115.

³⁰⁶ Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.4, nº 8/10, jan./dez. 1964, p. 218-221.

Entre os anos de 1945 e 1964 o Estado não promoveu ações diretas de grande vulto no campo da cultura, a não ser o desmembramento do Ministério da Educação e Saúde em 1953, quando surgiu o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Na prática não houve mudanças efetivamente relevantes para a área cultural, visto que a rubrica da Educação centralizava a maioria dos recursos e atenções do novo ministério. A CDFB surgiu nesse contexto, mas também não foi assumida como um projeto relevante.

A instauração do golpe militar foi acompanhada por um período de repressão e censura que implicou a desarticulação de grande parte dos projetos culturais em curso. Por outro lado, o governo ditatorial fomentou outras iniciativas oficiais que permitiram à cultura constar, de forma nunca antes observada no país, entre as políticas públicas do governo.

Durante o mandato do presidente Castelo Branco (1964-1967), por exemplo, houve uma preocupação com a cultura evidenciada logo no início de seu governo, através de uma discussão sobre a necessidade de elaboração de uma política nacional de cultura, que, no entanto, não avançou.³⁰⁷ Além disso, Castelo Branco realizou importantes projetos na área de telecomunicações, cinema, turismo, e outras. Na área específica do folclore assinou o Decreto nº 56.747, de 17 de agosto de 1965, que oficializou o dia 22 de agosto como o dia nacional de folclore e que deveria, por isso, ter um calendário próprio de festejos e comemorações.

A determinação de uma data específica para o folclore no calendário cultural do país teve importância marcante na orientação das ações culturais desenvolvidas e estimuladas pela Campanha, mas não teve a mesma relevância para as demais demandas da instituição. Foi o que pode ser constatado quando na III Reunião do Conselho Nacional de Folclore em 1967 Rossini Tavares de Lima relatou que os problemas permaneciam basicamente os mesmos, quase todos ocasionados por falta de verbas, que praticamente impedia os próprios conselheiros de se reunirem.³⁰⁸ A transformação da Campanha em órgão definitivo do MEC também figurou como pauta. A esse respeito o governo mostrou-se propício a efetuar a mudança, o que se atesta a mensagem que o

³⁰⁷ Lia Calabre (2005). *op. cit.*, p. 11.

³⁰⁸ Ata da III Reunião do Conselho Nacional de Folclore. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.7, nº 19, set./dez. 1967, p. 221-222.

ministro Tarso Dutra, conhecedor do apelo constante dos folcloristas e que enviou para os membros do Conselho as seguintes palavras:

Senhores membros do Conselho Nacional de Folclore

Na impossibilidade de comparecer e presidir esta terceira reunião, quero expressar-vos as minhas saudações pessoais e a segurança do apreço do Governo pela obra que estais realizando em favor do estudo, da compreensão e da salvaguarda do Folclore brasileiro.

Ao meio de tantos e tão graves problemas que cabe a este Ministério encaminhar e resolver, os da cultura têm sido considerados com a prevalência merecida e, na sua complexidade, os da cultura popular vêm merecendo a nossa mais viva atenção, pela sua significação e pelas suas implicações de ordem social, psicológica, antropológica, educacional e estética.

A Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro tem realizado um louvável esforço, mas necessita de ser reestruturada em instituição definitiva e aparelhada devidamente para poder cumprir suas finalidades com maior amplitude, no quadro nacional, quer no estudo científico do Folclore, quer na proteção e defesa do patrimônio da nossa sabedoria popular. Nesse sentido, espero possam ser as vossas sugestões achegas proveitosas para aperfeiçoar o seu enquadramento na reforma administrativa do Ministério.³⁰⁹

Mesmo com o apreço do governo pela obra desenvolvida pelos folcloristas e pela viva atenção que devotava à cultura popular, conforme registrou o ministro Tarso Dutra, a transformação da CDFB ainda não se efetivara na conjuntura da reforma pela qual o MEC passava. E a Campanha teve de se deparar com mais um golpe, como foi possível detectar através de ofício enviado pelo diretor da CDFB ao diretor da Divisão de Pessoal do MEC em junho de 1969.

Senhor diretor,

Ao tomar conhecimento do Decreto 64.572, de 23 de maio último, publicado do Diário Oficial de 27 de mesmo mês, relativo ao enquadramento dos servidores amparados pelo Artigo 23 da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, estranhei a referência a esta Campanha como órgão extinto.

³⁰⁹ Ministro da Educação e Cultura. Mensagem do Ministro da Educação e Cultura aos Membros do Conselho Nacional de Folclore. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.7, nº 18 mai./ago. 1967, p. 100.

Creio que o equívoco deve-se ao fato de serem os referidos servidores lotados, provisoriamente, no Gabinete do Senhor Ministro, por não possuir esta Campanha lotação própria.

Solicito os bons ofícios de Vossa Senhoria no sentido de ser referido ato legal refiticado de modo a sanar o engano ocorrido.³¹⁰

Engano ou não, o episódio põe de manifesto a pouca importância que a instituição tinha dentro do Ministério, visto que não dispunha sequer de lotação própria de funcionários, além, de vivenciar constantemente enormes dificuldades financeiras.

Ainda na terceira reunião do CNF em 1967 surgiu como proposta a criação de um grupo para elaborar o anteprojeto de transformação da Campanha, consoante proposta já apresentada ao MEC.³¹¹ E o que parece é que os folcloristas pensavam que os problemas financeiros - assim como os deles decorrentes -, seriam, se não resolvidos, pelo menos, minimizados quando a Campanha fosse finalmente dotada da existência institucional que desejavam. Assim se referiu a esse respeito Renato Almeida em correspondência que discutia o projeto de lei que efetivaria a referida transformação.

Os seus objetivos, a sua Direção, a sua organização patrimonial e financeira, a relação dos serviços que vem prestando a Campanha, em suma, tudo quanto se refere à vida da repartição, tem sido feito, mas uma falha se nota e é exatamente o que o projeto visa a corrigir. (...) a estrutura da Campanha, sendo por natureza provisória, não dispõe o organismo de meios para seu pleno desenvolvimento, antes, esbarra em numerosas dificuldades, que o estabelecimento de um Instituto facultaria, desde que lhe fossem dados elementos capazes de realizar seu destino integralmente.³¹²

No início da década de 1970 o ambiente voltou a ficar favorável à Campanha, especialmente quando foi criado na estrutura do MEC o Departamento de Assuntos

³¹⁰ Renato Almeida. Ofício nº 46/1969. Rio de Janeiro, 1969. In: **Arquivo Institucional da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e do Instituto Nacional de Folclore alocado na Biblioteca Amadeu Amaral**. CNFCP/Iphan.

³¹¹ Ata da III Reunião do Conselho Nacional de Folclore. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.7, nº 19, set./dez. 1967, p. 221.

³¹² Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Projeto de Lei nº 1.417, de 1973. Rio de Janeiro, 1973. In: **Arquivo Institucional da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e do Instituto Nacional de Folclore alocado na Biblioteca Amadeu Amaral**. CNFCP/Iphan.

Culturais (DAC) que foi assumindo gradativamente funções de órgão de direção superior na área da cultura, como previsto pelo decreto de reforma administrativa.³¹³ O avanço nas negociações deveu-se, em larga medida, ao fato de Manuel Diegues Júnior, membro efetivo do Movimento, ser o diretor do DAC. Entretanto, o arranjo que se realizou para a instituição encarregada do folclore nesse contexto ainda não foi o desejado.

Já durante o mandato Geisel (1974-1978), quando Ney Braga estava à frente do MEC, foi lançada a Política Nacional de Cultura (PNC), elaborada no final de 1975 e oficialmente publicada em janeiro de 1976. Com ela formalizou-se um conjunto de diretrizes para orientar as atividades na área da cultura e a Fundação Nacional de Arte (Funarte)³¹⁴ foi criada para ser um dos órgãos executores dessas novas diretrizes políticas do governo, e cobrir áreas como artes plásticas, música e folclore. Segundo Manuel Diegues Júnior “O Ministro concordou com que se criasse uma série de institutos especiais nesse campo: Instituto de Folclore, Instituto de Artes Cênicas. Mas depois a coisa teve de se adaptar às contingências de cada momento (...)”.³¹⁵

Ou seja, ainda não foi dessa vez que um instituto do folclore substituiu a Campanha, passou a pertencer ao elenco de instituições administradas pela Funarte, responsável, entre outras funções, por repassar os recursos financeiros necessários para o funcionamento dos setores a ela subordinados.

O Instituto Nacional de Folclore (INF) só veio a substituir a CDFB em 1980, ao concretizar o que se previa na legislação que integrou a Campanha à Funarte em

³¹³ Brasil. Decreto 66.967, de 27 de junho de 1970. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 ago. 1970. Disponível em: <<http://www.prolei.inep.gov.br/exibir.do?jsessionid=C3D954904C729D5526AD984ECEFBE923?URI=http%3A%2F%2Fwww.ufsm.br%2Fcpd%2Finep%2Fprolei%2FDocumento%2F3548754344610657076>>. Acesso em: 30 mai. 2010.

³¹⁴ A Funarte foi criada através da Lei nº 6.312, de 16.12.1975, que autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Arte e deu outras providências. Além dessa lei outros documentos legislaram sobre a recém criada instituição: a Lei nº 77.300, de 16 de março de 1976, que aprovou o estatuto da Funarte e deu outras providências e a Portaria nº 536, de 30 de julho de 1976, na qual o ministro da Educação e Cultura aprovou o seu regimento interno. Cf. **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.14, n. 41, p. 85, mai./ago. 1976.

³¹⁵ Entrevista de Manuel Diégues Júnior. Sérgio Miceli, *op. cit.* p. 67.

1975.³¹⁶ Mas isso ocorreu dentro de um contexto bem diverso e que escapa às pretensões dessa dissertação. No entanto, é válido registrar que o INF, após passar por requalificação com a direção da antropóloga Lélia Coelho Frota, que, antes de 1985, estivera à frente da coordenação de museus da Secretaria de Cultura/Fundação Pro-Memória sob orientação de Aloísio Magalhães -,³¹⁷ fora extinto no ano de 1990 pelo presidente Fernando Collor de Mello durante o desmonte que protagonizou da estrutura institucional da cultura do Brasil. Contudo, o INF voltou a funcionar na gestão do presidente Itamar Franco sob nova designação: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), dessa vez, integrado à estrutura do Iphan.³¹⁸

As configurações institucionais que o folclore assumiu ou pretendeu assumir entre os anos de 1958 e 1976 permitem algumas constatações. Entre elas, a de que todo esse percurso evidenciou a visão, de certo modo ingênua que os folcloristas tinham a respeito da institucionalização. Eles imaginavam que, como por um passe de mágica, tudo seria resolvido a partir do momento em que o folclore tivesse a sua disposição um órgão estatal com existência institucional legalizada. Os folcloristas puderam verificar, porém, que a questão não era tão simples, pois mesmo contando com apoio de alguns segmentos do governo em decorrência de uma política de compadrio, e em determinado momento, com a influência direta de um de seus parceiros, não foi possível que se realizasse a tão desejada institucionalização. Além disso, houve a necessidade mais premente de ter de manter sua existência sob o formato de Campanha e ter de se adaptar ao ritmo das “contingências”,³¹⁹ como registrara tão sobriamente Diegues Júnior.

Do mesmo modo, a trajetória percorrida na busca da institucionalização do folclore, põe de manifesto a fragilidade com a qual se revestia a institucionalização do

³¹⁶ Bráulio do Nascimento. **Instituto Nacional de Folclore**. Rio de Janeiro, 1990. In: **Arquivo Institucional da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e do Instituto Nacional de Folclore alocado na Biblioteca Amadeu Amaral**. Rio de Janeiro: CNFCP/Iphan.

³¹⁷ Instituto Nacional de Folclore. **Instituto Nacional de Folclore tem novo diretor**. Rio de Janeiro, 1985. In: **Arquivo Institucional da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e do Instituto Nacional de Folclore alocado na Biblioteca Amadeu Amaral**. Rio de Janeiro: CNFCP/Iphan.

³¹⁸ Na gestão do presidente Collor a estrutura do campo da cultura no plano federal foi radicalmente alterada, quando promulgada a Lei nº 8.029, de abril de 1990, que extinguiu, de uma só vez, vários órgãos da administração federal, principalmente os da área cultural, entre eles, a Funarte, Fundacen, FCB, Embrafilme, Pró-Memória e o próprio Ministério da Cultura, que havia sido criado em 1985. A partir de 1992, o presidente Itamar Franco reativara algumas dessas instituições. Cf. Lia Calabre (2005). *op. cit.* p. 16.

³¹⁹ Entrevista de Manuel Diegues Júnior. In: Sérgio Miceli, *op. cit.* p. 67.

campo cultural do país naquele momento. Mesmo concordando que no período de ditadura militar houve uma significativa com relação à estruturação do campo cultural no Brasil, com a criação de instituições e políticas de cultura importantes, decorrentes em parte, da liberação recursos significativos - sobretudo no período denominado milagre econômico, entre 1968-1973 -,³²⁰ essa estruturação foi eivada de limitações. Limitações essas detectadas pela falta de continuidade nas verbas; pelo controle excessivo do Estado em determinados casos; ou ainda por destinar parte relevante dos recursos para ações culturais de curto prazo e grande impacto, como se evidenciou nos anos 1970 a partir do financiamento em larga escala de eventos culturais.

4.3

A RBF e as políticas e ações culturais no campo do folclore entre 1961 e 1976

Quando Edison Carneiro assumiu a direção da Campanha o otimismo e a vontade de que as coisas realmente acontecessem se fez perceber a partir da divulgação do plano de atividades da entidade para o biênio de 1961 e 1962. Este plano estava organizado a partir da estruturada administrativa que a Campanha apresentava à época, com quatro divisões internas, cada qual conferida a setores específicos de ação. Era a seguinte a estrutura: Divisão de Administração (DA), subdividida em Setor de Secretaria (SS) e Setor de Contabilidade (SC); Divisão de Documentação (DD), subdividida em Setor de Biblioteca (SB) e Setor de Documentação (SD); Divisão de Proteção ao Folclore (DPF), subdividida em Setor de Cursos e Concursos (SCC), Setor de Exposições e Museus (SM), Setor de Publicações (SP) e Setor de Festivais (SF); e por último, a Divisão de Pesquisas (DP), que naquele momento estava sendo organizada.³²¹

³²⁰ Luiz Carlos Delorme Prado e Fábio Sá Earp. O milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Delgado (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 208-241.

³²¹ Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.2, nº 4, set./dez. 1962, p. 81-83.

Na coordenação desses serviços, através de reuniões periódicas, encontravam-se o Conselho Técnico e, principalmente, a Diretoria Executiva, que abrigava também junto a si o Serviço de Intercâmbio (SI), destinado a tecer contatos e colaborações com organizações congêneres ou interessadas na temática no país e no estrangeiro. Um levantamento realizado através das notícias divulgadas na **RBF**, ente os anos de 1961 e 1963, possibilitou identificar as ações projetadas e executadas pela Campanha, assim como a natureza dessas ações.

À frente da Divisão de Documentação estava Vicente Salles, personalidade de destaque na estrutura da Campanha, na **RBF** e na elaboração da PNC, ao lado de Manuel Diegues Júnior. Contabilizou-se como ação dessa divisão a criação da Biblioteca da Campanha, especializada em folclore, posteriormente nomeada Biblioteca Amadeu Amaral,³²² que, segundo o Noticiário da **RBF**, contava “(...) com mais de 3.000 volumes, quase 100% da bibliografia brasileira sobre a área e razoável estrangeiras.”³²³ Além da recolha de cerca de 20.000 mil documentos, entre eles, recortes de jornais e revistas, *slides*, filmes, discos, fitas gravadas, fotografias, desenhos, e outros documentos avulsos, catalogados e fichados, para servirem à consulta do público.

Coube à Divisão de Proteção ao Folclore, sob a chefia de Bráulio do Nascimento, criar, finiciar e estimular cursos de iniciação ao folclore em vários estados do país.³²⁴ Foram realizados três cursos de folclore no Amazonas; dois no Pará, no Maranhão, no Ceará, em Pernambuco, em Alagoas, na Bahia, no Espírito Santo, em Minas Gerais e na Guanabara; e um em Santa Catarina.³²⁵ Abriram inscrições para cursos de extensão em algumas universidades do país no ano de 1962,³²⁶ e também planejou-se para o ano de 1963 criar um curso de formação de especialistas em parceria

³²² Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.1, nº 1, set./dez. 1961, p. 87.

³²³ Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.2, nº 4, set./dez. 1962, p. 81-83,

³²⁴ Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.2, nº 2, jan./abr. 1962, p. 109-111

³²⁵ Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.2, nº 4, set./dez. 1962, p. 81-83.

³²⁶ Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.2, nº 3, mai./ago. 1962, p. 118,

com a Universidade do Brasil, onde passaria a funcionar a Escola de Folclore.³²⁷ Foram reorganizados os Prêmios Sílvia Romero e João Ribeiro, duplicando-se o valor do primeiro de CR\$50.000,00 para CR\$100.000,00.³²⁸ Foi concedida ajuda financeira para a organização do Museu de Artes e Técnicas Populares de São Paulo e para a seção de Artes Populares do Museu de Paranaguá, da Universidade do Paraná.³²⁹

Também sob a rubrica dessa divisão reeditou-se o livro **O Folclore**, de João Ribeiro, em comemoração ao cinquentenário daquele que, para a Campanha, foi o primeiro curso de folclore realizado no Brasil;³³⁰ a edição de um folheto reunindo os atos oficiais referentes à Campanha;³³¹ a edição da monografia **Samba de Umbigada**, de Edison Carneiro; e a edição da **RBF** que em 1962 já contava com mais de 300 assinantes no país e no exterior;³³² Além de ajudar financeiramente a realização do Festival Folclórico de São Paulo em 1961,³³³ foram promovidos dois festivais na Guanabara e em outros estados para homenagear o CNF que se reunia pela primeira vez em 1961.³³⁴ Esses festivais e desfiles patrocinados pela Campanha geralmente contavam com grupos de vários estados, notadamente, os da região Nordeste.

A Divisão de Pesquisas, que nos primeiros meses de gestão de Carneiro encontrava-se ainda em organização, realizou coletas de alguns tipos de manifestações culturais consideradas folclóricas, entre elas, samba de partido alto, pernada e caxambu na Guanabara; tambor de crioula no Maranhão; catira e folia de reis em Minas Gerais.³³⁵

³²⁷ Não foram encontradas referências acerca da efetivação da Escola de Folclore, conforme indicado no planejamento. Cf. Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.2, nº 2, jan./abr. 1962, p. 111.

³²⁸ Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.1, nº 1, set./dez. 1961, p. 99-100.

³²⁹ *Ibid.*, p. 90-94.

³³⁰ Renato Almeida. João Ribeiro: mestre de folclore. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.2, nº 2, jan./abr. 1962, p. 7.

³³¹ Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. **Defesa do Folclore**: Instituição, Organização e Execução da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Rio de Janeiro: DCFB/MEC, 1961.

³³² Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.2, nº 4, set./dez. 1962, p. 81-83.

³³³ *Ibid.*, p. 81-83.

³³⁴ Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.1, nº 1, set./dez. 1961, p. 88.

³³⁵ Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.2, nº 4, set./dez. 1962, p. 81-83.

O Serviço de Intercâmbio estabeleceu relações e cooperações com publicações, associações e institutos de folclore no estrangeiro. Forneceu regularmente para bibliotecas e instituições culturais livros e publicações sobre folclore em todo o país: a 96 bibliotecas públicas nacionais, 132 bibliotecas de faculdades de filosofia e de outros estabelecimentos de ensino, 134 entidades estudantis e culturais e a 147 bibliotecas, associações e intitutos de folclore do exterior.³³⁶ Enviou delegação para participar do Congresso Internacional de Folclore na Argentina em 1961;³³⁷ Mandou representação ao II Festival de Escritores realizado em julho de 1961.³³⁸ Promoveu conferências sobre folclore com a participação de folcloristas internacionais como Raúl Cortazar, professor da Universidade de Buenos Aires e presidente da Comissão Internacional Permanente de Folclore, que proferiu palestras em São Paulo e Rio de Janeiro.³³⁹

E, como não poderia deixar de ser devido às relações de compadrio que estiveram presentes por todo o percurso da Revista e da Campanha, também foram realizadas homenagens, especialmenete àqueles que contribuíram para a concretização da CDFB. Apenas como um exemplo, foi prestada na sede da CDFB uma homenagem ao ministro Victor Nunes Leal, amigo de Carneiro e padrinho da Campanha, que intercedera por ela quando foi chefe de gabinete do Presidente da República.³⁴⁰

A partir desse percurso, narrado principalmente pela **RBF** - espaço destinado, entre outras funções a cumprir o papel de divulgador das ações da Campanha -, é possível ter-se uma ideia do que foi, pelo menos nos primeiros anos, a experiência do folclore institucionalizado.

Para os anos que se seguiram, até meados dos anos 1970, limite coronológico da análise dessa dissertação, foi possível verificar que as ações em torno ao folclore pensadas e executadas pelo aparato do Estado através da Campanha, coadunaram-se com a visão de folclore compartilhada pelos sujeitos em estudo, conforme foram

³³⁶ Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.2, nº 3, mai./ago. 1962, p. 114-115.

³³⁷ Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.1, nº 1, set./dez. 1961, p. 88.

³³⁸ *Ibid.*, p. 94.

³³⁹ Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.2, nº 4, set./dez. 1962, p. 80.

³⁴⁰ Noticiário. **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.2, nº 2, jan./abr. 1962, p. 107.

expressas na **RBF**. Por outro lado, essas ações se caracterizaram por seguir um modelo de ação cultural praticado no país naquele período.

Como norte dessas ações pode-se perceber o interesse maior em proteger o folclore, em defendê-lo com urgência. Mas proteger e defender o folclore de quê? Na lógica dos que se colocavam como os protetores, proteger e defender o folclore da ação do tempo que produzia esquecimento, da intromissão intermitente da cultura de massa, da falta de conhecimento sobre a matéria por parte da sociedade e do Estado que até o momento não lhe dera muita atenção. Enfim, evitar que o folclore se diluísse a ponto de não ser mais encontrado em sua forma autêntica na cultura brasileira, o que poria em xeque a própria ideia de identidade cultural da nação. Nessa perspectiva a Campanha planejou um conjunto de ações que se lastreavam pela noção de retórica da perda, conforme já foi abordado no capítulo anterior.

O próprio nome da instituição criada com a finalidade de institucionalizar o folclore denotava a preocupação em defendê-lo: a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Além do mais, a divisão interna dessa entidade, responsável pelo maior número de iniciativas, também tinha em sua denominação essa preocupação: Divisão de Proteção ao Folclore. Como foi exposto, essa divisão operava através do financiamento de cursos de formação de folclore; estímulo à produção de estudos e bibliografia sobre o tema e pelo lançamento de premiações, e atuava na edição e publicação de obras sobre o folclore; fomentava o reconhecimento do folclore enquanto patrimônio cultural - em suas formas materiais - apreciável e preservável por meio de financiamento e estímulo à criação de museus e exposições; divulgava o folclore através dos festivais e apresentações dos folguedos que levavam, sobretudo às cidades maiores e mais urbanizadas do país, mostras do que acreditava ser a genuína cultura popular brasileira.

A Divisão de Documentação, responsável pelas atividades da Biblioteca e pelo registro, arquivamento e disponibilização dos documentos referentes ao folclore, também foram pautadas pela ideia de defesa do folclore. Essa divisão seguia a orientação de que possibilitar a pesquisa do folclore também evitaria seu esquecimento. Assim, essas atividades teriam a função de divulgar o folclore, de instrumentalizar os pesquisadores da área com material para seu trabalho e dotar o campo de uma memória,

mas não qualquer memória, senão uma que fosse oficial, construída sob a vigilância dos próprios sujeitos envolvidos.

O número de obras recolhidas pela Divisão de Documentação e a quantidade de documentos reunidos constituem uma informação facilmente identificável, pois em não raros momentos foram divulgados, de modo a mostrar os serviços prestados pela CDFB. No entanto, nem sempre confessado, mas nem por isso ausente, era o fato, de que esse labor arquivístico e memorialístico, revestir-se de uma intencionalidade que era também a de construir memórias e identidades: as da nação, as do campo do folclore e a de seus constituidores mais empenhados.

Nesse sentido, recortes de jornais, correspondência, atas, registros oficiais de atos públicos, revistas, boletins, anais de eventos, cadernos, folhetos e livros publicados foram peças que ajudam a montar um todo discursivo, que mesmo dando margem à múltiplas interpretações, fornece uma direção, pelo tipo de registro escolhido. Assim, a memória da nação brasileira e do campo do folclore no Brasil deveria passar obrigatoriamente pela memória do movimento folclórico e de seus membros. Como intelectuais que eram, e membros da cidade letrada,³⁴¹ sabiam que a memória é fragmento e que “(...) o sentido de identidade depende em grande parte da organização desses pedaços, fragmentos de fatos e episódios separados.”³⁴²

A Divisão de Pesquisas, em fase de organização³⁴³ quando Carneiro assumiu a direção da Campanha, mostrou-se a mais acanhada das divisões na tarefa de proteger o folclore. Embora tenha realizado algumas pesquisas de campo, com o intuito de coletar tipos de manifestações culturais consideradas folclóricas, essas atividades não tiveram muito destaque no conjunto de ações empreendidas pela Campanha. A **RBF** divulgou apenas algumas notas sobre essas ações, a maior parte delas desenvolvidas por folcloristas individualmente, ou realizada no âmbito das comissões estaduais de folclore, sem o envolvimento direto da Campanha.

³⁴¹ Angel Rama, *op. cit.*

³⁴² Gilberto Velho. Memória, identidade e projeto. In: **Projeto e Metamorfose**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 103.

³⁴³ Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.2, nº 4, set./dez. 1962, p. 81-83.

Esse fato expôs as dificuldades que a CDFB encontrava para levar a cabo um dos principais projetos encetados pelos folcloristas, que sonhavam em ter elementos suficientes para construir um mapa do folclore brasileiro.³⁴⁴ E também pôs em evidência a fragilidade orçamentária da instituição e a pouca atenção que o Estado destinava ao campo, pois era justamente a Divisão de Pesquisas que absorveria um maior volume de recursos financeiros, pela natureza mesma da atividade de pesquisa que deve ser permanente, ter pessoal qualificado e que necessitava constantemente de meios para o deslocamento das equipes. A ineficiência das iniciativas nesse aspecto possibilitou, em 1965, a edição de o **Manual de coleta folclórica**, de autoria de Renato Almeida, publicado pela Campanha, que buscava orientar leigos para realizarem, mesmo que inicialmente, a coleta de dados que pudesse guiar as atividades da instituição. O manual teve de ser concretizado nesse momento para que fosse possível cumprir uma função que a Divisão de Pesquisas da instituição não conseguira dar conta de forma mais eficiente.³⁴⁵

Como já foi registrado, a partir do primeiro governo militar a preocupação com o campo da cultura tornou-se mais acentuada. O folclore pode, de certo modo, ser beneficiado por essa mudança de orientação e as ações da Campanha, após o período de paralisação, refletiram essa conjuntura.

Durante o governo do general Castelo Branco foram criados a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), que associou o Brasil ao sistema Intelsat - provedor de serviços de comunicação por satélite - e em 1967, o Ministério das Telecomunicações.³⁴⁶ Em 1966, criou-se o Instituto Nacional de Cinema (INC), cujo objetivo era formular e executar a política relativa à produção, importação, distribuição e exibição de filmes, para possibilitar o desenvolvimento da indústria cinematográfica brasileira.³⁴⁷ Também 1966, criou-se o Conselho Federal de Cultura (CFC), composto inicialmente por 24 membros e dotado de função normativa e de assessoramento do Ministro de Estado. Ainda em 1966 foi criado o Conselho Nacional de Turismo (CNT),

³⁴⁴ Abguar Bastos. Intervenção de Abguar Bastos no Simpósio do Folclore Brasileiro. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.7, nº 4, set./dez. 1967, p. 247.

³⁴⁵ A ideia de editar um manual dessa natureza surgiu ainda em 1960 por sugestão do Conselho Técnico da CDFB.

³⁴⁶ Renato Ortiz (2005). *op. cit.* p. 86.

³⁴⁷ Lia Calabre (2005), *op. cit.* p.11.

que definiu uma política nacional para a área e Empresa Brasileira de Turismo (Embratur),³⁴⁸ e por fim, em 1967 criou-se o Sistema Nacional de Turismo e realizou-se o I Encontro Oficial de Turismo Nacional.³⁴⁹ No que se refere particularmente ao campo do folclore, o presidente Castelo Branco oficializou o dia 22 de agosto como o dia nacional de folclore e determinou que nessa data fossem realizados em todo o território nacional festejos e comemorações. Conforme o Decreto nº 56.747, de 17 de agosto de 1965.

Considerando que o Governo deseja assegurar a mais ampla proteção às manifestações da criação popular não só estimulando sua investigação e estudo, como ainda defendendo a sobrevivência dos seus folguedos e artes, como elo valioso da continuidade tradicional brasileira, decreta:

Art. 1º Será celebrado, anualmente, a 22 de agosto, em todo o território nacional, o Dia do Folclore.

Art. 2º A Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro do Ministério de Educação e Cultura e a Comissão Nacional de Folclore do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura e respectivas entidades estaduais deverão comemorar o Dia do Folclore e associarem-se a promoções de iniciativa oficial ou privada, estimulando ainda, nos estabelecimentos de curso primário, médio e superior, as celebrações que realcem a importância do folclore na formação cultural do país.³⁵⁰

Essa iniciativa do presidente da República veio a intensificar as comemorações que, no âmbito da CDFB, da CNFL e instituições congêneres, já ocorriam a algum tempo, sendo inclusive previstas no plano de ação da CDFB nos seus primeiros anos de funcionamento a partir de um setor específico, o Setor de Festivais. No entanto, desse momento em diante, as comemorações realizadas em eventos como desfiles e festivais

³⁴⁸ Brasil. Decreto Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966. Define a Política Nacional de Turismo, cria o Conselho Federal de Turismo e Empresa Brasileira de Turismo e dá outras providências. Brasília, DF, 1966. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=191023>>. Acesso em: 14 jul. 2010.

³⁴⁹ Renato Ortiz (2005). *op. cit.* p. 86.

³⁵⁰ Brasil. Decreto nº 56.747, de 17 de agosto de 1965. Institui o Dia do Folclore. Brasília, DF, 1965. Disponível em: <<http://www.domtotal.com/direito/pagina/detalhe/6166/decreto-n-56.747-de-17-de-agosto-de-1965./print>>. Acesso em: 14 jul. 2010 e em resumo na **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.5, nº 12, mai./ago. 1965, p. 117.

de folclore ganharam ares de política pública recomendada pelo Estado. A **RBF** mostrou o percurso que o folclore percorreu ao entrar no circuito cultural dos festivais. Páginas e páginas do periódico, especialmente da seção Noticiário, divulgaram o calendário das celebrações folclóricas em todo o Brasil. Já durante o ano de 1965, o número 12 da **RBF** elencou parte da programação para o dia e a semana do folclore.

Na Bahia a semana de folclore iniciou em 22 de agosto de 1965 e foi instituída pelo Conselho Estadual de Educação e Cultura. Na capital do país realizou-se entre 18 e 22 de agosto o III Festival Folclórico de Brasília, promovido pelo Departamento de Turismo e Recreação. No Ceará foram realizadas palestras, apresentações musicais de grupos folclóricos organizados pela Comissão Cearense de Folclore. No Espírito Santo a comissão estadual de folclore, em parceria com o Jornal **A Gazeta**, utilizou todo o suplemento literário do dia 22 de agosto para abordar o folclore. No Estado da Guanabara a Campanha realizou uma exposição na Biblioteca Nacional entre os dias 23 e 27 de agosto, além de recital no Conservatório Brasileiro de Música e palestra de Manuel Diegues Júnior no Rotary Clube do Rio de Janeiro. São Paulo, através da Secretaria de Educação, estendeu as comemorações a todas as escolas primárias e secundárias, dentre outras celebrações. Além dessas iniciativas, foram realizadas atividades comemorativas em vários outros estados do país.³⁵¹

Da mesma forma, o número 41 da **RBF**, último da série, trouxe uma nota relativa à IV Festa do Folclore Brasileiro realizada em Belo Horizonte entre 20 e 26 de agosto de 1976. Esse gênero de festa, promovida pela CDFB com o patrocínio da Funarte nesse caso em parceria com o Governo de Minas Gerais, já havia acontecido em edições anteriores em Brasília, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte. A comemoração contou com a presença dos principais nomes do campo da cultura do governo nesse período: Ney Braga, o Ministro da Cultura; Manuel Diegues Júnior, Diretor Geral do DAC; José Cândido de Carvalho e Roberto Parreira, respectivamente, Presidente e Diretor-Executivo da Funarte, além de folcloristas de vários estados do Brasil.³⁵²

³⁵¹ Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.5, nº 12, mai./ago. 1965, p. 183-203.

³⁵² Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.14, nº 41, mai./ago. 1976, p. 79.

O fato de as comemorações e, especialmente, os festivais terem sido o tipo de ação cultural privilegiado pela Campanha, conforme registra a **RBF**, relaciona-se com a valorização pelos folcloristas de apresentações folclóricas que expressassem simultaneamente a dança, a poesia e a música, como é o caso dos folguedos populares.³⁵³ Dessa forma, os eventos de folclore evidenciaram uma opção *a priori* com relação ao tipo de ação cultural, mas que acabaram por encontrar no cenário cultural brasileiro daquele período um público consumidor propício.

Pelo que se verificou o *evento* enquanto ação cultural esteve amplamente presente no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970. Foi nesse período, por exemplo, que músicos e canções arrebataram o país nos famosos festivais de música organizados e apropriados por emissoras de televisão, sedentas de alargar seu raio de alcance entre os telespectadores. Em 1965 a TV Excelsior de São Paulo realizou o I Festival de Música Popular Brasileira e no ano seguinte realizou o Festival Nacional da Música Popular. A TV Record, também de São Paulo, deu continuidade a mais quatro edições do Festival de Música Popular Brasileira entre os anos de 1966 e 1969. A fase nacional do Festival Internacional da Canção (FIC) foi apropriada pela Rede Globo de Televisão que promoveu as edições de 1967 a 1972. Posteriormente, essa emissora lançou um festival próprio que ocorreu intercaladamente entre 1975 e 1985.³⁵⁴

Durante o governo do presidente Médici, foi lançado, no ano de 1973 pelo MEC e através do DAC, o Programa de Ação Cultural (PAC). Esse programa adotava critérios para orientar a distribuição de recursos financeiros que abrangiam desde o setor de patrimônio, passando pelas atividades artísticas e culturais, até a capacitação de pessoal. No entanto, foi apresentado pela imprensa da época como um projeto de financiamento de eventos culturais, pois tinha como meta a implementação de um ativo calendário de eventos culturais no país, com espetáculos nas áreas de música, teatro, circo, cinema e folclore.³⁵⁵ No campo do folclore seu lançamento foi especialmente festejado, conforme nota publicada pela **RBF**.

³⁵³ Edison Carneiro. Evolução dos Estudos do Folclore no Brasil. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.2, nº 3, mai./ago. 1962, p. 56.

³⁵⁴ Folha *on line* - Ilustrada. Efervescência dos Festivais Eclodiu nos anos 60 e 70. Folha *on line*, 18 ago. 2000. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/ilustrada/ult90u3726.shtml>>. Acesso em: 17 jul. 2020.

³⁵⁵ Lia Calabre (2005). *op. cit.* p. 12.

O Programa de Ação Cultural (...) trouxe para o Folclore o incentivo que tanto esperava. De acordo com programação já estabelecida, tivemos a apresentação do Grupo Maracatu Indiano, do Recife, exibindo-se em Brasília. Um grupo da Danças Gaúchas, em Belém do Pará, e o Grupo “Postais da Bahia” quando da inauguração da exposição de estandartes folclóricos e lançamento do selo comemorativo do 1º Festival Nacional de Folclore. O Folclore continuará com sua programação de sorte que possa ser mostrado em todo o Brasil nas suas manifestações mais expressivas. Assim serão exibidos Bumbas-meu-boi, Cavalhadas, Mouros e Cristãos, Caboclinhos, etc., em várias cidades do território nacional, concluindo-se com um grande festival em Brasília. Além disso, demonstrações de arte, de música, de teatro, de cinema, balé e outras manifestações serão levadas a todas as Unidades da Federação, num esforço para revelar a arte e a cultura a todo o País.

Consta, ainda, do Programa de Ação Cultural, a Festa Nacional do Folclore, a realizar-se em Brasília, no mês de janeiro de 1974, compreendendo o 7º Congresso Brasileiro de Folclore, a Exposição de Artes e Técnicas Populares e o Festival Folclórico.³⁵⁶

Ainda conforme relato na **RBF**, o PAC significou “(...) um dos mais importantes eventos da cultura brasileira, em boa hora realizada pelo MEC (...)”,³⁵⁷ assim como, “(...) testemunho vivo e eloquente do interesse com que o Governo da República, através das suas artes, incentiva a cultura brasileira.”³⁵⁸ Cultura esta que, na perspectiva do programa, deveria ser difundida, mostrada, revelada através da movimentação de artistas pelo território nacional, operando-se desse modo, uma integração regional pela via cultural.

Sérgio Miceli aponta que a concepção de eventos própria do PAC traduzia a postura marcadamente executiva que caracterizou parte das políticas culturais do período, em contraposição à vertente patrimonialista que buscava canalizar recursos para projetos de restauração de monumentos e obras de arte.³⁵⁹ O evento, por ser algo preso ao instante do espetáculo, sem a pretensão de ser uma obra acabada e permanente constituía quase a antítese do tombamento. E por esse caminho, a vertente executiva foi

³⁵⁶ Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.13, nº 36, mai./ago. 1973, p. 114.

³⁵⁷ *Ibid.*, p. 67.

³⁵⁸ *Ibid.*, p. 67.

³⁵⁹ A vertente patrimonial, segundo Sérgio Miceli, era composta pelo PCH, CNRC, Sphan e FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA. Cfr. Sérgio Miceli. *op. cit.*, p. 76.

“(…) aos poucos convertendo o MEC num poderoso e ‘moderno’ empresário de espetáculos, abrindo novas frentes no mercado do trabalho cultural”.³⁶⁰

Uma das frentes abertas pela vertente executiva foi o turismo, a área que recebeu bastante atenção do governo desde o mandato de Castelo Branco, que como já foi afirmado elaborou uma política nacional para essa área, que deu origem à Embratur, ao Conselho e ao Sistema Nacional de Turismo, além de favorecer a realização de encontros e seminários relacionados ao tema.³⁶¹ Mais uma vez os eventos foram a porta de entrada para que o folclore pudesse inserir-se nas políticas culturais implementadas pelo Estado para o turismo, notadamente por sua feição cultural.

No Simpósio sobre Folclore e Turismo Cultural realizado em São Paulo entre os dias 23 e 28 de agosto de 1970, Renato Almeida reforçou a importância do binômio turismo e folclore, e justificou essa relação ao apontar que o acervo tradicional do folclore inclui-se no conjunto dos bens culturais de maior significado e valor. No entanto, mostrou-se ainda reticente com essa relação e preocupado com a defesa do folclore diante do perigo que a exploração econômica pela via do turismo poderia trazer.³⁶²

Dois anos depois a **RBF** divulgou na Seção Documentário, a contribuição da CDFB para o que seria o Programa Nacional de Turismo e Folclore, documento elaborado em parceria com a Embratur na Reunião Oficial de Turismo que aconteceu em junho de 1972 em Brasília. Nas orientações elaboradas pela Campanha o folclore apareceu como elemento de atrativo turístico, sobretudo através dos folguedos e dos objetos de artesanato. Segundo esse documento, os folguedos como a congada, o bumba e o maracatu deveriam apresentar-se de forma legítima, como se praticava tradicionalmente. Já sobre o artesanato, o fundamental seria procurar os artistas mais fiéis, que através de seu trabalho mostrassem a expressão mais autêntica do gênio popular. E o papel do folclorista, nesse contexto, seria preservar a autenticidade do

³⁶⁰ Sérgio Miceli. *op. cit.* p. 69-70.

³⁶¹ Renato Ortiz. (2005). *op. cit.* p. 86.

³⁶² Renato Almeida. Folclore e Turismo Cultural. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.10, nº 28, mai./ago. 1970, p. 199.

produto e preparar os elementos de uma propaganda eficiente, sobretudo, através de festivais e feiras de artesanato.³⁶³

As diretrizes orientadoras desse programa seriam:

- 1) garantir um reconhecimento dos elementos tradicionais em seus aspectos autênticos e de fidelidade ao folclore brasileiro.
- 2) incentivar e proteger na respectiva autenticidade o artista, a festa folclórica e o artesanato.
- 3) através do desenvolvimento do turismo, estabelecer de forma integrada as programações específicas com um calendário promocional, capaz de garantir a organização das manifestações folclóricas.³⁶⁴

Embora houvesse claramente a visão de defesa do folclore, pautada pela retórica da perda que associava as noções de tradição e autenticidade como componentes legitimadores do folclore, a Campanha se posicionou no contexto da mercantilização da cultura popular com menos pudores, utilizando, inclusive, termos como *produto* e *venda* para se referir às manifestações folclóricas. A autenticidade e a fidelidade que deveriam ser preservadas nessas manifestações serviriam, no caso, para tornar o produto folclórico mais apreciável e, portanto, lucrativo para o mercado do turismo.³⁶⁵ Com efeito, a mercantilização do folclore foi apenas uma das frentes em que o folclore teve de atuar no contexto tenso dos anos 1960 e 1970 no Brasil, visto que sua função pedagógica também foi amplamente requisitada pelos governos militares.

³⁶³ Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Elementos para um Programa Nacional de Turismo e Folclore. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.12, nº 33, mai./ago. 1972, p. 207-210.

³⁶⁴ *Ibid.*, p. 211.

³⁶⁵ A relação entre folclore e turismo foi objeto de vários artigos e registros na **RBF**, tais como: Renato Almeida. Folclore e Turismo. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.13, nº 36, mai./ago. 1973, p. 57-60; Maria de Lourdes Borges Ribeiro. Turismo, Folclore e Religião. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 13, nº 36, Mai./ago. 1973, p. 61-65; Declaração de Princípios. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.13, nº 36, mai./ago. 1973, p. 77-81.

4.4

Folclore e civismo: um caminho possível para a identidade nacional em tempos de ditadura militar

Para além da convergência entre as ações empreendidas pelos folcloristas - que a **RBF** divulgou em profusão - e aquelas levadas a cabo pelo regime militar na área da cultura - como a realização de eventos e a relação com o turismo, percebe-se claramente uma conjugação de ideias entre os governos militares e os folcloristas, também, quanto à concepção mesma do que vinha a ser cultura, especialmente, a cultura como elemento de definição da identidade nacional.

No início dos anos 1970 o CFC elaborou as Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura que, pelo fato de indicar a criação de um ministério próprio para essa área, foi tirado de circulação e substituído temporariamente pelo PAC com vigência para 1973 e 1974 e cujos objetivos eram bem menos ambiciosos.³⁶⁶ Em 1975, porém, foi lançada a Política Nacional de Cultura, texto programático da intervenção do Estado no campo da cultura que, contrariamente às Diretrizes, apontava o MEC como o coordenador da ação do Estado para área.³⁶⁷ Além disso, a o texto explicitou a forma de ação, bem como, a orientação doutrinária dessa política.

A PNC expôs os fundamentos legais da ação do governo no campo cultural; traçou as diretrizes que norteariam o trabalho do MEC; elencou os objetivos dessa política; exprimiu ideias e programas; revelou as formas de ação do Estado e, através de todos esses itens de sua pauta, explicitou a concepção de cultura brasileira e de política cultural que orientou o documento.³⁶⁸ Assim, “Uma verdadeira política de cultura”,³⁶⁹ conforme apresentação do texto feita pelo ministro Ney Braga deveria se guiar pelos interesses nacionais.

Partindo-se do conceito de política nacional como a arte de estabelecer os objetivos nacionais, mediante a interpretação dos anseios nacionais, e de orientar a conquista ou preservação daqueles objetivos, é que se torna possível estabelecer a concepção básica

³⁶⁶ Gabriel Cohn. A Concepção oficial da política cultural nos anos 70. In: Sérgio Miceli. *op. cit.*, p. 88.

³⁶⁷ *Ibid.*, p. 88-89.

³⁶⁸ Ministério da Educação e Cultura. **Política Nacional de Cultura**. Brasília: MEC, 1975, p. 5.

³⁶⁹ *Ibid.*, p. 12.

da política da cultura. (...) o conjunto de iniciativas governamentais coordenadas pela necessidade de ativar a criatividade, reduzida, destorcida e ameaçada pelos mecanismos de controle desencadeados através dos meios de comunicação de massa e pela racionalização da sociedade industrial.³⁷⁰

E mais do que isso, a PNC, para o ministro, encerrava

Um conjunto de diretrizes que orientam e condicionam a ação governamental, não como dirigismo, mas como instrumento de estímulo e formação. Respeita o Estado, a liberdade de criação e procura incentivar e apoiar o desenvolvimento da cultura, impulsionando os meios ou instrumentos que estimulam suas diferentes manifestações.³⁷¹

O texto deixa perceber uma visão segundo a qual a cultura estava ameaçada pelo uso cada vez mais intenso dos meios de comunicação de massa e pelas práticas decorrentes de uma sociedade que se urbanizava e se tornava mais racional. Para equilibrar essa tensão, a PNC foi pensada com o intuito de orientar a ação do Estado, que agiria de forma a apoiar e estimular o desenvolvimento da cultura, conforme o texto sem dirigismo e com respeito à liberdade de criação, visto que como concepção básica dessa política figuravam a espontaneidade e a qualidade da criação cultural, assim como, a generalização ao seu acesso.³⁷²

O que mais chama atenção nesse contexto é o contra censo flagrante de um Estado autoritário que se apresenta como aquele que estimulava e respeitava a liberdade de criação, ao mesmo tempo em que fazia tábula rasa de toda a arbitrariedade causada pela perseguição e censura estatal aos artistas e intelectuais que não se alinhavam com os interesses do regime. A própria definição de política cultural adotada traz em si essa contradição ao apontar simultaneamente que essa política deveria preservar a espontaneidade de criação cultural, assim como o acesso a ela, e deveria também ser orientada pelos interesses nacionais. Interesses esses, resguardados pela Doutrina de Segurança Nacional.

³⁷⁰ *Ibid.*, p. 12.

³⁷¹ *Ibid.*, p. 24.

³⁷² *Ibid.*, p. 3.

Conforme a introdução da PNC, a intervenção do Estado seria a garantia da preservação da “(...) identidade e originalidade fundadas nos genuínos valores histórico-sociais e espirituais, donde decorre a feição peculiar do homem brasileiro: democrata por formação e espírito cristão, amante da liberdade e da autonomia.”³⁷³ Ao mesmo tempo, essa intervenção se justificaria pelo fato de garantir a qualidade do que estava sendo produzido. Vê-se, mais uma vez, o registro dessa incoerência, pois o Estado apoiaria a diversidade, desde que esta atendesse aos seus requisitos diante do que era considerado bom ou ruim.

O problema da qualidade é prioritário por ser responsável pelo próprio nível do desenvolvimento. Cabe ao Estado estimular as concorrências qualitativas entre as fontes de produção. Mas para que haja qualidade é necessário precaver-se contra certos males, como o culto à novidade.³⁷⁴

A concepção de cultura e, em particular, a cultura brasileira que emergiu desse documento, também padecia de contradições, além de explicitar de forma inequívoca a necessidade que o regime tinha de construir uma ideia de unidade nacional, operada, especialmente pela via cultural.

Compreende-se como cultura brasileira aquela criada, ou resultante da aculturação, partilhada e difundida pela comunidade nacional. O que chamamos de cultura brasileira é produto do relacionamento entre os grupos humanos que se encontraram no Brasil provenientes de diversas origens. Decorre do sincretismo verificado e do surgimento, como criatividade cultural, de diferentes manifestações que hoje podemos identificar como caracteristicamente brasileiras, traduzindo-se num sentido que, embora nacional, tem peculiaridades regionais. De fato, em virtude da extensão do nosso território, surgiram no processo de ocupação humana, diferenciações regionais, dada a influência maior de um dos grupos, de um lado, e, de outro, pela maneira como se operou a ocupação na respectiva região. (...) É o sentido do pluralismo que se pode vislumbrar em algumas regiões. Pluralismo que se irá diluindo no sincretismo, e este, tornado brasileiro, dando-lhe a nossa marca. (...) Vemos, portanto, a diversidade regional contribuindo para a unidade nacional.³⁷⁵

³⁷³ *Ibid.*, p. 8.

³⁷⁴ *Ibid.*, p. 13.

³⁷⁵ *Ibid.*, p. 16.

Embora o texto tenha citado o estímulo à criatividade e às diferenças, à diversidade e ao pluralismo das manifestações culturais, a cultura foi compreendida como um somatório que resultava em uma unidade, com uma composição uniforme e harmônica. Esse resultado, em última análise, acabaria eliminando as diferenças culturais, reduzidas a uma identidade única, nacional e original. A diversidade regional só deveria ser considerada a partir da perspectiva da junção em nome da preservação da identidade nacional. Como apontou Alexandre Barbalho, o ideal seria ter uma “Cultura homogênea em sua essência, diversificada pelas contribuições recebidas, em constante transformação e, ao mesmo tempo, fiel e leal ao passado.”³⁷⁶

Manuel Diegues Júnior, por ocasião do Encontro de Secretários Estaduais de Cultura realizado em julho de 1976, em Salvador, propôs, no relatório que foi incumbido de fazer do 6º tema do certame: Regionalização e inter-regionalização cultural, - e em resposta ao apelo do presidente Geisel de um “federalismo solidário” -³⁷⁷ oferecer ao governo uma cultura unida, que denotasse a solidariedade entre União e Estados num mesmo trabalho de desenvolvimento cultural.³⁷⁸ Na conclusão do evento, Diegues relatou que

Os documentos que aqui foram discutidos refletiram sempre esta preocupação: a de que um caminho comum pode ser encontrado; e neste caminho, o que é regional pode somar-se e pode multiplicar-se no contato entre regiões; e finalmente chegar ao nacional – já agora como expressão perfeita da mesma identidade cultural através da personalidade nacional traduzida justamente por essa diversidade que, ao invés de chocar-se, pode somar. O Brasil – pode repetir-se sempre a idéia – é uno justamente pela diversidade.³⁷⁹

Com base nesses elementos, é possível constatar, mais uma vez, a ligação entre os discursos dos representantes do regime e os discursos elaborados pelos folcloristas.

³⁷⁶ Alexandre Barbalho. **Relações Entre Estado e Cultura no Brasil**. Ijuí: UNIJUÍ, 1998, p. 52.

³⁷⁷ *Ibid.*, p. 53.

³⁷⁸ *Ibid.*, p. 53.

³⁷⁹ *Ibid.*, p. 54.

Se a PNC, referendada pelo CFC e técnicos da cultura, serviu ao intento de sintetizar a visão que o MEC, regida pela Doutrina de Segurança Nacional, por outro lado, a **RBF** também serviu ao propósito de construir uma visão homogênea de cultura, não obstante as especificidades nas leituras realizadas por cada um dos folcloristas que nela se expressou, houve uma convergência para um centro comum de entendimento acerca do que seriam os elementos constituidores da cultura nacional.

Dentro desse quadro comum de interpretação, como já apontado no capítulo anterior dessa dissertação, a preponderância da mediação entre o regional e o nacional, a partir da redução da diversidade em nome de uma homogeneidade identitária, chama atenção na comparação entre esses dois discursos. A orientação doutrinária da **RBF**, pautada por um humanismo que valorizava, principalmente, as formas de vida e expressões culturais de uma determinada camada da população genericamente identificada como povo, também pode ser identificada nos documentos produzidos pelo regime sobre a cultura. Da mesma forma, a dificuldade de encarar a relação dessa pretensa identidade genuína com os meios de comunicação de massa, optando por entendê-los como elemento descaracterizador da identidade, esteve presente nos dois discursos. Pois tanto na PNC como na **RBF** identificou-se a preocupação em resguardar a cultura tradicional da ação prejudicial dos meios de comunicação modernos. E quando fizeram referência a sua utilização foi pensada apenas como instrumento e como forma de registro e divulgação da cultura,³⁸⁰ ainda que, como registrou Renato Ortiz, essa falta de clareza ou mesmo esse silêncio em relação à indústria cultural e cultura de massa no Brasil tenha sido uma postura comum entre os intelectuais da época.³⁸¹

Outro aspecto concorreu para a aproximação entre os folcloristas e o regime militar: o aspecto pedagógico de que se revestia o folclore e que poderia ser – e foi – utilizado como elemento de educação cívica da nação.

³⁸⁰ Essa visão da relação entre cultura e folclore, por um lado, e meios de comunicação de massa, por outro, pode ser constatada, entre outros, nos seguintes registros: Ministério da Educação e Cultura. **Política Nacional de Cultura**. *op. cit.* p. 24 e 32; **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.3, nº 7, set./dez. 1963, p. 253 e 258; **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.5, nº 13, set./dez. 1965, p. 303.

³⁸¹ Cf. Renato Ortiz. **A moderna Tradição Brasileira**. Cultura Brasileira e Indústria cultural. 5ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

É importante sublinhar que, embora a ideia de folclore associada a uma valorização da nação pela via do patriotismo já se fizesse perceber na **RBF** desde seus primeiros números, a associação entre o folclore e o nacionalismo a partir de uma perspectiva cívica, inclusive pela referência ao termo civismo, somente se notou na Revista quando, já durante o regime militar o folclore foi reconhecido e apropriado pelo governo como um dos símbolos nacionais que poderiam ser manipulados a fim de construir a hegemonia em torno da ideia de unidade nacional.

É possível situar o início dessa relação a partir do momento em que o presidente Castelo Branco sancionou a lei que introduzira o folclore no calendário cívico da nação,³⁸² o que foi atestado pelos folcloristas como “(...) homenagem aos que o [folclore] cultivam e como tributo à gente do povo (...)”.³⁸³ E esse fato, segundo os mesmos folcloristas, não passara “(...) despercebido nos vários países, dando assim uma importância ao ato, que transcende as nossas fronteiras.”³⁸⁴ Isso porque “O Brasil, entretanto, é o único país que oficializou a data, determinando a comemoração do *Folclore* em todo o território nacional.”³⁸⁵

Em diversos Estados foram instituídas as semanas e mesmo o mês do folclore. Além disso, foram baixadas portarias especiais pelos órgãos oficiais de educação, que incentivavam a rede escolar a participar das celebrações, o que, segundo o Noticiário da **RBF**, “(...) testemunha a projeção que alcançou, em todo o país, a data magna do Folclore e o reconhecimento do alto sentido pedagógico nacional e cívico da cultura popular.”³⁸⁶ Nessa perspectiva o sentido cívico do folclore

(...) leva os jovens a amarem e compreenderem a sociedade em que vivem, nossas tradições populares, considerando-se o Folclore como fator legítimo para o maior

³⁸² Brasil. Decreto nº 56.747, de 17 de agosto de 1965. Institui o Dia do Folclore. Brasília, DF, 1965. Disponível em: <<http://www.domtotal.com/direito/pagina/detalhe/6166/decreto-n-56.747-de-17-de-agosto-de-1965./print>>. Acesso em: 14 jul. 2010 e em resumo na **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.5, nº 12, mai./ago. 1965, p. 117.

³⁸³ Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.5, nº 13set./dez. 1965, p. 300.

³⁸⁴ *Ibid.*, p. 300.

³⁸⁵ Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.11, nº 30, mai./ago. 1971, p. 231.

³⁸⁶ *Ibid.*, p. 231.

conhecimento e mais ampla divulgação da cultura popular brasileira, em tudo aquilo que é bom e útil e que, deve ser preservado.³⁸⁷

Com efeito, a preocupação em utilizar o folclore como elemento capaz de despertar o jovem para “(...) aquilo que é bom e útil e que, deve ser preservado (...)”³⁸⁸ traduziu a necessidade que se tinha naquele momento por construir a ideia de que o respeito pela pátria justificaria todas as restrições que pudessem ocorrer em outros âmbitos da vida social e política. Nesse sentido, o folclore foi considerado como bom e útil pelo Estado autoritário porque contribuía com o fortalecimento da ideia de um cidadão comprometido com os deveres cívicos e patrióticos e, principalmente, respeitador das instituições e das determinações do Estado, sem questionamentos.

Na esteira da valorização das comemorações cívicas em torno da nação o governo instituiu em novembro de 1969 o Dia da Independência, reiterou a data de 7 de setembro para a sua celebração e definiu as formas de sua comemoração:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Sob a denominação de “Dia da Independência”, a data de sete de setembro será comemorada anualmente, em todo o território nacional, de conformidade com o disposto nesta Lei e as instruções que forem expedidas pelas autoridades competentes.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Educação e Cultura, em coordenação com as Secretarias de Educação dos Estados e com as Prefeituras Municipais organizar e levar a efeito solenidades e atos civis comemorativos do “Dia da Independência”.

Art.3º Com a finalidade de explicar o significado político do acontecimento, exaltar a idéia de pátria estimular o amor à liberdade, cultuar as tradições nacionais, estimular os sentimentos de solidariedade e o amor ao trabalho construtivo como fatores de preservação e fortalecimento da Independência, os órgãos e entidades a que se refere o artigo anterior farão realizar:

a) no dia útil imediatamente anterior à data histórica, palestras cívicas nos estabelecimentos de ensino, por componentes dos respectivos corpos docente, discente ou pessoas especialmente convidadas;

³⁸⁷ Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 10, nº 27, mai./ago. 1970, p. 161.

³⁸⁸ *Ibid.*, p. 161.

b) no dia sete de setembro, festas e espetáculos públicos, preferentemente de cunho folclórico, palestras e conferências, se possível irradiadas e televisadas, exposições, divulgação de poemas, artigos, estudos, contos, fotografias e outros alusivos à data.³⁸⁹

Segundo noticiou a **RBF**, em resposta às disposições da referida lei a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro programou várias atividades para a celebração do Dia da Independência.³⁹⁰ Uma das formas escolhidas pela Campanha para essa finalidade foram os concursos cívicos realizados em parceria com as secretarias de educação de alguns Estados, e que introduziam decisivamente as escolas, os professores e os estudantes de 1º e 2º graus no circuito dos atos civis, que na prática, eram manifestações tácitas (por vezes explícitas) de apoio, ou pelo menos, de não contrariedade em relação ao governo militar.³⁹¹

No Estado da Guanabara, durante a “Semana da Pátria”³⁹² a Campanha instituiu “(...) concurso entre alunos das escolas normais e secundárias do Estado, constante de uma dissertação sobre o ‘Sentido Nacional e Cívico do Folclore’”.³⁹³ Na entrega da premiação, no dia 29 de setembro de 1970, Renato Almeida, diretor da Campanha, discursou assegurando que

O folclore é uma torrente que flui incessantemente, um movimento perpétuo, incorporando os traços sócio-psicológicos dos caminhos que percorre. Eis porque encerra sempre uma lição. Já que o folclore é uma síntese, que se difunde e projeta na civilização. (...) É um valor cívico, que indica a psicologia do povo, as suas tendências e os seus ideais, o seu modo de entender a vida. Na axiologia o papel do folclore deve estar sempre debaixo dos olhos do educador. Por tudo isso tem o folclore um lugar marcado na escola, lugar informativo e formativo. Mas esse valor fica na dependência

³⁸⁹ Brasil. Lei nº 5.571, de 28 de novembro de 1969. Denomina “Dia da Independência” a data de sete de setembro e traça normas para a sua comemoração. Brasília, DF, 1969. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/diadaindependencia.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2010.

³⁹⁰ Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 10, nº 28, set./dez. 1970, p. 263-268. Cfr. Anexos, p. 209.

³⁹¹ Constataram-se outras ocorrências desse tipo de concursos na **RBF**, como por exemplo: Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 14, nº 41, mai./ago. 1976, p. 80; Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 13, nº 34, set./dez. 1972, p. 299.

³⁹² Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 10, nº 28, set./dez. 1970, p. 265.

³⁹³ *Ibid.*, p. 265.

do professor, que necessita conhecê-lo, a fim de utilizá-lo com acerto na educação e no ensino, em proveito da juventude, como força palpitante da nacionalidade.³⁹⁴

Consoante registrou o diretor da Campanha, o folclore, por se constituir em um valor cívico, encerrava sempre uma lição. Nesse sentido, seu conteúdo poderia e deveria ser aproveitado na educação escolar. No entanto, esse aproveitamento ficava condicionado à iniciativa do professor, figura que tinha a responsabilidade de conhecer a matéria para melhor usá-la em proveito da juventude. Assim, os professores primários e secundários tornaram-se também alvo das iniciativas da Campanha em prol da formação cívica do cidadão brasileiro nos moldes apreciados pelo Estado militar. Ao buscar referendar a relação entre folclore e educação, Almeida recorreu à autoridade do professor Lourenço Filho, que, segundo o folclorista, já havia chamado atenção para a importância do folclore para a formação dos professores.³⁹⁵

Nessa perspectiva, foram realizados pela Campanha cursos de formação em folclore específicos para professores, além dos comumente executados pela instituição, que, mesmo não sendo restritos aos professores, tinham neles um público alvo privilegiado. Esse foi o caso, por exemplo, do I Seminário de Folclore em Sergipe, organizado em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura, que contou com a participação de professores e estudantes, assim como, do curso de folclore realizado em Barbacena, em parceria entre a Campanha e a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais.³⁹⁶ Do mesmo modo, foram realizados pela Campanha em Curitiba e Rio de Janeiro cursos de folclore para professores, a fim de prepará-los para poderem trabalhar com o tema.³⁹⁷

O uso do folclore como tema convertido em conteúdo moral e ideológico do regime foi apenas mais um dos meios utilizados pelo Estado militar para se introduzir no cotidiano das pessoas pela via escolar, a exemplo do que já ocorrera com a instituição da disciplina obrigatória Educação Moral e Cívica, presente nos currículos de

³⁹⁴ *Ibid.*, p. 266-267.

³⁹⁵ Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 10, nº 28, set./dez. 1970, p. 267-268.

³⁹⁶ *Ibid.*, p. 272-273.

³⁹⁷ Noticiário. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 14, nº 41, mai./ago. 1976, p. 81.

todas as escolas do país.³⁹⁸ A escola era vista como o centro das atividades cívicas, de onde o civismo deveria irradiar para toda a comunidade. Contudo, o Estado não destinava essa missão somente à escola, mobilizava também a imprensa e órgãos de movimentos sociais, como associações de bairros e sindicatos.³⁹⁹

Segundo Vanessa Kern de Abreu, a Educação Moral e Cívica foi responsável pela aplicabilidade da Doutrina de Segurança Nacional nas escolas e nas comunidades, sendo, portanto, o braço da Segurança Nacional e do regime nas escolas e na educação dos estudantes brasileiros.⁴⁰⁰ Assim, buscou-se incutir através da educação a ideia de co-responsabilidade dos cidadãos pelos rumos do país no projeto de um Brasil Potência, tal como desejavam os militares e conforme se pode verificar no trecho do Relatório de Trabalho do primeiro GT instituído para discutir a reforma no ensino, em 1969.

(...) em face da Constituição “Toda pessoa, natural ou jurídica, é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei (art. 86)”. Tal responsabilidade pressupõe uma base de formação moral e de educação para a cidadania, condições vivificantes da democracia.⁴⁰¹

A co-responsabilidade de que trata o documento refletia o chamamento que o Estado fazia, secundado pela propaganda veiculada através da imprensa escrita e falada que enaltecia o potencial industrial do Brasil e o dever que cada cidadão tinha em contribuir com o progresso. Esse dever tinha como desdobramento a participação nas celebrações e atos cívicos públicos e no compromisso de delação aos órgãos policiais de vizinhos, parentes e conhecidos que se imaginava ter envolvimento com atividades identificadas como subversivas, e que eram considerados inimigos internos do país,

³⁹⁸ Brasil. Decreto Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino do País, e dá outras providências. Brasília, DF, 1969. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=195811>>. Acesso em: 14 fev. 2010.

³⁹⁹ Geraldo Inácio Filho e Vanessa Kern de Abreu. A Educação Moral e Cívica – Doutrina, Disciplina e Prática Educativa. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.24, dez. 2006, p. 125-134.

⁴⁰⁰ Vanessa Kern de Abreu. **A Educação Moral e Cívica: Disciplina Escolar e Doutrina Disciplinar - Minas Gerais (1969-1993)**. Uberlândia - MG, 2008. Dissertação de mestrado. Mestrado em Educação – Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <http://www.btdt.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2106>. Acesso em 7 jul. 2010.

⁴⁰¹ Geraldo Inácio Filho e Vanessa Kern de Abreu. *op. cit.* p. 126.

assim como todo aquele brasileiro que se atrevesse a questionar a filosofia político-social do regime militar em curso.⁴⁰²

Os folcloristas da Campanha estavam atentos à importância que o Estado atribuía às questões de natureza cívica e o fato de terem destinado espaço relevante na **RBF** para tratar desse assunto, assim como de terem realizado e incentivado várias atividades em consonância com os interesses do governo militar o demonstra. Os folcloristas encontravam-se numa batalha de longa data em prol da institucionalização efetiva da Campanha e sabiam que a colaboração com o regime lhes renderia maior possibilidade de concretização das suas reivindicações. Por essa razão, no projeto de reestruturação da CDFB em 1973 a associação entre folclore e civismo se fez presente mais uma vez ao afirmar que “Folclore é civismo na medida em que reafirma os valores da nacionalidade (...)” e que “A Campanha realça, na defesa do patrimônio folclórico, os elementos, com os quais o povo reafirma o caráter nacional de sua cultura.”⁴⁰³

Com efeito, foi possível perceber que a relação entre folclore e civismo - alimentada pela Campanha e noticiada em profusão pela Revista - foi utilizada pelos folcloristas como estratégia de permanência e reestruturação da CDFB durante o período mais duro da ditadura militar brasileira. Por outro lado, a ação daqueles folcloristas serviu para colaborar com o intento do regime de construir uma ideia de unidade através da cultura e a cultura folclórica, nessa conjuntura, foi elemento privilegiado, por ser entendida como um dos principais elementos constituintes da identidade nacional, tanto por alimentar o sentimento de nacionalismo defendido pela liderança do golpe de 1964 quanto pelo fato de os ideais folclóricos não representarem oposição para os militares e servir-lhe de argumento.

⁴⁰² *Ibid.*, p. 126.

⁴⁰³ Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. **Projeto de Reestruturação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1972. Arquivo Institucional da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e do Instituto Nacional de Folclore alocado na Biblioteca Amadeu Amaral. CNFCP/IPHAN.